



O PARANÁ DA GENTE

Programa de governo
Professora Angela Governadora

Federação PSOL – REDE Sustentabilidade
Eleições 2022

Sumário

O PARANÁ DA GENTE	2
I. EDUCAÇÃO.....	4
II. SAÚDE.....	14
III. SEGURANÇA PÚBLICA.....	23
IV. CULTURA, ESPORTE E TURISMO.....	28
V. TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	31
VI. GESTÃO PÚBLICA.....	38
VII. TODAS AS GENTES DO PARANÁ	44
VIII. O CAMPO.....	54
IX. MEIO AMBIENTE.....	60
X. AS CIDADES	65
XI. MOBILIDADE.....	68
EXPEDIENTE.....	72

O PARANÁ DA GENTE

Nos quase 200 mil km de território paranaense moram aproximadamente 11,5 milhões de pessoas. Com um PIB estimado de R\$ 466 bilhões (Ipardes, 2019), somos um estado rico, mas com muitas desigualdades. Desde antes de nossa fundação como estado emancipado, são as elites regionais que se apropriam da riqueza gerada pelo trabalho dos paranaenses em cada ciclo econômico, depredando e destruindo o meio ambiente. A indústria do mate, a cafeicultura, o latifúndio exportador, a exploração de madeira, a indústria de transformação, a pecuária, a agroindústria, o setor de serviços e tantas outras atividades econômicas constituíram historicamente nossa burguesia local, que domina nossa representação política, não raras vezes com base nos compadrios familiares.

Ao mesmo tempo, o Paraná é lugar de resistência e luta dos explorados e oprimidos. Movimentos camponeses, de sem terras, de desalojados por barragens ou por grileiros e de pequenos agricultores, de tempos em tempos se apresentam no cenário das lutas sociais. Nas cidades, os movimentos de sem-teto e os sindicatos de trabalhadores do setor privado ou público resistem à superexploração. Nossos movimentos estudantis, de negros e negras, de LGBTQIAPN+, de temática ecológica, de direitos humanos, de mulheres e jovens, apontam constantemente na direção de uma outra sociedade possível e necessária.

A partir desta leitura, o PSOL e a Rede apresentam ao povo paranaense seu programa de governo para o período 2023 – 2026. Em nossa concepção, um programa de governo é um contrato a ser cumprido. Assim, aqui estão, em linhas gerais, as medidas que adotaremos em cada grande área da vida social para promover as transformações urgentes e necessárias para o nosso estado e nosso povo.

Ao contrário da maioria dos partidos e coligações, não temos nada a esconder. Nossas ideias estão aqui expostas e apontam em um sentido claro: nos recusamos a administrar a miséria do nosso povo e o sistema de exploração em que se baseia.

Temos lado e, por isso, não faremos um governo para todos os paranaenses. Entendemos que é impossível, em uma sociedade com interesses contraditórios como a nossa, atender a todos eles. Não fazemos conciliação de classes. Entre os que exploram e os que são explorados, estamos indubitavelmente ao lado dos explorados; entre os patrões e os empregados, estamos ao lado dos empregados; entre os machistas e as mulheres que lutam por seus direitos, estamos com as mulheres; entre o agronegócio e os pequenos agricultores - sem-terra e familiares, estamos com o segundo grupo, entre os predadores do meio ambiente e as populações originárias e que vivem em saudável relação com o meio ambiente, estamos com as últimas; entre os racistas e a negritude, estamos com negros e negras ; entre os reacionários homofóbicos e a população LGBTQIAPN+, estamos com os LGBTQIAPN+; entre os bilionários e a população que passa fome, seguramente estamos com os famintos. Não existe meio termo. Em um cenário em que Bolsonaro e Ratinho representam

o que existe de mais atrasado, obscurantista e doentio, estamos pela vida e contra as classes dominantes e seus fantoches.

Somos inimigos da propriedade privada dos meios de produção. Este é o programa daqueles que trabalham e vivem do suor do seu rosto. Somos ecossocialistas, e este é o programa dos que se negam a ver o capitalismo destruir nosso futuro. Se governar um estado da federação não nos permite resolver todos os problemas do povo, cuja solução verdadeira é o fim do capitalismo, também não nos contentaremos com pouco. Para sair do papel, este programa demandará a mobilização permanente da população e de suas organizações representativas. Seremos o governo campeão das mobilizações. A praça Nossa Senhora da Salete será o grande palco do povo, e o palácio Iguaçu a sua verdadeira casa.

Somos inimigos da acomodação e do compadrio, por isso nosso governo será o governo dos conselhos populares, em que o povo dirá o que quer e participará da formulação das políticas públicas. A corrupção combateremos com transparência e participação. A educação será resgatada do caos em que se encontra, com pesados investimentos e valorização dos seus profissionais. A saúde será reorganizada com vistas à sua promoção e não como mercadoria. A segurança pública será integrada, cada vez mais civil e respeitará imperiosamente os direitos humanos. As rodovias serão livres da praga do pedágio. O campo será dos pequenos agricultores financiados, dos assentados e da agroecologia, transformando o Paraná em um verdadeiro celeiro de alimentos e não de commodities. Nas cidades a qualidade de vida não será mais refém dos interesses econômicos. A juventude, a negritude, as mulheres, a população idosa, deficiente, LGBTQIAPN+ e todos aqueles que são oprimidos terão seus direitos defendidos por um governo que não dará trégua para racistas, homofóbicos, etaristas, intolerantes, preconceituosos e machistas. A cultura combaterá a ignorância e será o espaço das expressões artísticas do nosso povo, com financiamento e prioridade. O esporte, o lazer e o turismo trarão alegria à vida dos paranaenses

Bolsonaro e Ratinho fizeram a política do horror, da morte, da negociata e da incompetência. Para nós já basta!

Ao ler este programa pode-se ter a ideia de que somos sonhadores. Mas não se engane, nós mal começamos!

I. EDUCAÇÃO

A educação constitui o processo de produção e reprodução de conhecimentos inerentes à práxis que resulta na humanização dos homens. O conhecimento humano científico, tecnológico e cultural constitui-se em elemento superestrutural engendrado nas múltiplas e contraditórias relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza durante o processo de realização das suas condições materiais e espirituais de existência.

O conhecimento expressa as duas dimensões da práxis social dos homens, isto é, a relação dialética entre teoria e prática, tal como afirmaram Marx e Engels.

Como princípios da educação para o governo do PSOL, destacamos:

- Gestão democrática da educação;
- Qualidade da educação;
- Garantia do direito à educação;
- Combate às desigualdades educacionais;
- Inclusão educacional;
- Valorização e formação dos profissionais da educação;
- Educação libertadora;
- Combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

Educação Básica

O cenário educacional a ser enfrentado nos estados é o mais complexo e desafiador desde a redemocratização. No âmbito do Ensino Fundamental, seja nas Séries Iniciais - do 1º ao 5º Anos (de responsabilidade dos municípios) até as Séries Finais - do 6º ao 9º Ano (de responsabilidade dos estados), persistem os problemas de aporte de recursos, articulação de propostas pedagógicas consistentes e contratação de professores via concursos, além da formação continuada e estímulo à carreira.

Nos últimos anos, o discurso predominante nos governos - com forte influência das fundações empresariais - tem sido o de que, para que a educação melhore basta a elaboração de um bom currículo, a adoção de materiais estruturados para alunos e professores e a avaliação do desempenho dos estudantes periodicamente.

Um projeto de educação emancipatório e transformador deve orientar suas ações para a redução das desigualdades educacionais, que foram ampliadas na última década. Isto porque a excelência em redes públicas é garantir que todos estejam na escola, no ano escolar correspondente à sua idade, aprendendo.

É também imprescindível fortalecer a democratização na gestão das escolas públicas, para que toda a comunidade escolar possa participar de todos os seus processos, desde construção curricular à escolha da merenda.

Entre os problemas que a educação básica tem enfrentado, podemos destacar:

- Falta de programas e estruturas para o ensino integral, que por Lei deve estar presente em pelo menos 50% das Escolas até 2024;
- Currículo liberal com base em habilidades e competências, sem base científica.
- Salas de aula superlotadas, o que dificulta uma metodologia de ensino mais individualizada, concentrada nas dificuldades dos estudantes, sobretudo considerando que as desigualdades de aprendizado se ampliaram no período da pandemia.
- Reflexos do racismo estrutural nas escolas, que faz com que crianças e jovens negros e negras possuem oportunidades desiguais, obtendo piores resultados de aprendizagem, com maior probabilidade de abandonar os estudos.
- Taxa elevada de abandono entre adolescentes e jovens.
- Fragmentação da formação no ensino médio e esvaziamento do currículo.
- Parcerias com o setor privado para que este, com recursos públicos, ofereça o itinerário técnico-profissional ou a carga horária na modalidade a distância (EaD) que a Lei permite (até 20% do ensino médio diurno, até 30% do noturno e até 80% na Educação de Jovens e Adultos (EJA) conforme consta da Resolução 03/2018 do Conselho Nacional de Educação).
- Militarização de escolas públicas com aumento da violência contra a juventude sob o pretexto de conter a violência juvenil.
- Oferta da EJA insuficiente para contemplar plenamente a inclusão e a qualidade social em uma modalidade que atende pessoas com características muito diferenciadas, uma vez que os motivos para a interrupção das trajetórias ou para a falta de acesso ao ensino são as mais variadas.
- Negligência da demanda da EJA, que precisa ser uma política pública prioritária, tendo em vista a garantia dos direitos da classe trabalhadora à escolarização básica e a expansão da formação humana em perspectiva politécnica e integral. No atual governo esta modalidade tem sido negligenciada e comprometida, uma vez que sofre forte impacto de políticas equivocadas, entre elas a oferta da modalidade EaD e o fechamento de escolas e turmas.
- A educação especial é uma importante ferramenta para a garantia do direito a educação e inclusão de todas e todos. Neste sentido, cabe enfatizar a necessidade de combater os retrocessos observados a partir do governo Bolsonaro e reforçar a afirmação de princípios e ações que serão colocadas em

contraposição a toda e qualquer política segregacionista. As políticas de educação especial devem estar voltadas para a inclusão e plena participação em todo em todo o processo social e educacional, contribuindo para o combate a opressão e ao capacitismo.

Ensino Superior

Depois de um breve período de ampliação, o acesso ao ensino superior no Brasil estagnou nos últimos anos. O índice de escolarização líquida, que mede o número de jovens entre 18 e 24 anos matriculados, é de 18,1% - muito abaixo da meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, que era de 33% até 2024. Do total de matrículas (cerca de 8,7 milhões), a maioria ainda está concentrada em instituições privadas (75,8%), um quadro agravado em parte pelos seguidos cortes no financiamento das universidades públicas, estaduais e federais.

A situação no Paraná não é diferente. Com a terceira maior taxa de escolaridade líquida do país (25,3%) e aproximadamente 137 mil alunos matriculados em cursos de graduação nas sete universidades públicas estaduais, o estado assiste, desde 2016, um decréscimo na taxa de matrículas. Acompanhando uma tendência nacional, agravada com a pandemia, esse decréscimo é inversamente proporcional ao salto em cursos EAD, que cresceram 17,1% entre 2018 e 2019, antes, portanto, da pandemia.

Desde a sua posse, o governo de Ratinho Jr. vem reduzindo drasticamente os investimentos no ensino superior, que atingiu seu patamar mais baixo em 2020, quando foram destinados R\$ 1,6 bilhão às universidades do estado. Apesar de 12,4% superior ao ano passado, a previsão orçamentária para 2022, de investimento de R\$ 2,7 bilhões é ilusória, pois retoma os patamares dos anos anteriores ao do atual governo – em 2018, por exemplo, o orçamento foi de R\$ 2,5 bilhões.

Sobre a permanência estudantil, cabe destacar que a taxa de evasão é uma das preocupações na gestão das universidades. Ainda não há números da situação dos últimos dois anos de pandemia, mas em 2019 eles chegaram a aproximadamente 17% - índice que tende a ser maior para os anos de 2021 e 2022.

O quadro pandêmico, portanto, agravou uma situação decorrente dos baixos investimentos em política de permanência estudantil. Em números brutos, com o atual orçamento, o investimento é de aproximadamente R\$ 16 mil por estudante matriculado.

Atualmente, dos aproximadamente 7,6 mil docentes das universidades públicas estaduais, 29% são contratados em regime temporário. Em alguns departamentos, há docentes que há anos renovam seus contratos sem que o estado abra concursos para o preenchimento de vagas com docentes permanentes – e mesmo quando os concursos são realizados, não há garantia que os aprovados serão chamados.

Dentre as situações que afetam o trabalho dos temporários, há os salários mais baixos que os concursados, as cargas horárias maiores em sala de aula, a atuação sem dedicação exclusiva, a impossibilidade de inserir-se na pós-graduação e em projetos de extensão e pesquisa, além da insegurança na renovação dos contratos.

Na pós-graduação, a Fundação Araucária financiou cerca de 4,4 mil bolsas de estudos em 2021, somando um investimento de R\$ 37,9 milhões. Desse valor, R\$ 18,6 milhões foram destinados ao fomento da produção científica e outros R\$ 18,6 milhões à formação e qualificação de pesquisadores nos níveis de graduação e pós-graduação. O que é pouco frente as necessidades do Paraná.

No final do ano passado o governo Ratinho Jr. aprovou, em regime de urgência, a Lei Geral das Universidades (LGU), apesar das críticas de diferentes setores das universidades paranaenses, incluindo alguns de seus reitores.

A LGU redefine, entre outros, os critérios para distribuição de recursos às universidades, cujos valores, vagas docentes e funcionamento dos cursos passam a estar vinculados ao quantitativo de alunos. A prerrogativa para a abertura e manutenção de cursos passa a ser responsabilidade da Superintendência da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ferindo a autonomia universitária. Na lógica da nova lei, cursos que não forem rentáveis, correm o risco de serem fechados.

Além disso, o governo passará a ter um maior controle sobre as parcerias firmadas pelas instituições universitárias e setores privados, podendo inclusive impor contratos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que interessarem à administração.

Antes da sua aprovação, o Comando Sindical Docente, que reúne sindicatos de professores e servidores técnico-administrativos das universidades estaduais, emitiu nota onde afirma que o objetivo da LGU “não é o desenvolvimento e aperfeiçoamento das universidades estaduais, mas a redução de custos, diminuição do quadro de professores e funcionários e equiparação das universidades públicas às escolas privadas, mediante a redução do seu financiamento.”

Profissionais da Educação

No Paraná, sentimos a falta de valorização do/a(s) trabalhadores e trabalhadoras das escolas públicas. No ano de 2020, em pleno ápice da pandemia de Covid-19, o governo Ratinho Jr extinguiu os cargos de agentes educacionais I e II nas escolas do estado. Segundo o governador, os profissionais da educação que cuidam de setores como bibliotecas, laboratórios de informática e ciência, secretaria, cozinha e outros nas escolas do estado “não são essenciais”, argumento que utilizou ao extinguir estes cargos. Na opinião do governador, quem cuida de toda estrutura da escola não é essencial. No entanto, logo após a extinção, a primeira medida foi terceirizar estas funções. Ou seja, a extinção dos cargos visava, apenas,

possibilitar a terceirização nas escolas. Hoje, os mesmos profissionais que trabalhavam em regime PSS, trabalham como terceirizados, com um salário menor, menos direitos e ainda, muitas vezes – como aconteceu recentemente – sem receber os salários durante meses. É preciso revogar a extinção dos cargos de agentes I e II e pôr fim a terceirização nas escolas do Paraná, que está servindo apenas para drenar dinheiro da educação pública para o setor privado.

O primeiro e único concurso para funcionários de escola na Rede Estadual de Educação do Paraná aconteceu em 2005. Desde então, as escolas têm enfrentado inúmeros problemas com a defasagem no número de trabalhadores dos setores de apoio e administrativo. Os últimos governos, ao invés de solucionarem o problema realizando concurso público, agiram de forma a maquiar a situação modificando a forma do cálculo da demanda das escolas e, dessa forma, criando uma situação ilusória “varrendo o problema para debaixo do tapete”. A realidade é que, no Estado do Paraná, as escolas sofrem com um problema crônico de falta de funcionários. É comum encontrarmos escolas onde setores como laboratórios, bibliotecas e outros espaços, primordiais para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, são mantidos fechados por falta de funcionários.

A rede estadual de ensino necessita, segundo a própria Secretaria de Educação, de, no mínimo 25 mil professores a mais do que o atual efetivo de profissionais concursados - número provavelmente defasado, uma vez que é um cálculo feito com base na “reforma” do Ensino Médio. Ainda assim, este número indica que é urgente a contratação de mais docentes. No entanto, há mais de dez anos que não é realizado um concurso para a contratação de docentes na rede estadual de ensino e o último que aconteceu, tinha vagas aquém da necessidade da rede. Os governos anteriores vêm buscando remediar esta situação com o chamado contrato PSS, que é um contrato precário, que não garante direitos aos trabalhadores em educação, temporário pois é finalizado assim que se encerra o ano letivo e impõe aos docentes uma situação de humilhação – como a prova para o contrato – para poderem conseguir um serviço precarizado e sem direitos. Desta forma, é preciso fazer um amplo estudo da situação atual da rede e realizar um concurso docente que preencha todas as vagas existentes.

A educação no Paraná está doente. Em 2019 a entidade de representação da categoria denunciou que em 5 anos os casos de suicídio de profissionais da educação haviam aumentado 15 vezes. Desde então, nada foi feito. Não se realizou, da parte do governo estadual, sequer um estudo para entender por que os educadores estão adoecendo e, lamentavelmente, chegando ao extremo de tirarem a própria vida. Índícios mostram que esta situação tem a ver com a degradação nas condições de trabalho, o assédio moral constante e a ausência de valorização profissional. É preciso, urgentemente, entender o que ocorre na Rede Estadual de Ensino para que, desta forma, se possa combater esta situação.

Um governo que se preocupe com a educação precisa ser um governo que se preocupe com as condições concretas de trabalho dos educadores e das educadoras. E, por condições concretas, entende-se desde a valorização profissional com salário digno e possibilidade real de avanço na carreira, até as condições estruturais para o desempenho pedagógico, sem assédio moral, com a docência tendo a sua cátedra respeitada, com o profissional podendo trabalhar livremente na preparação de suas aulas, e com a Secretaria de Educação garantindo a gestão democrática na escola. No entanto, nada disso existe na escola paranaense do momento presente, e urge transformarmos esta realidade.

Cabe destacar a mudança da legislação educacional aprovada pelo governo Temer no pós-golpe, contra a qual houve um forte movimento de resistência no Paraná, com a ocupação de mais de 1000 escolas e que, agora, está sendo implementado pela gestão de Ratinho Jr e seu secretário, Renato Feder.

Na rede estadual o salário médio para os professores de 18 a 24 anos é de R\$ 2.498 e para os que têm acima de 45 anos, R\$ 5.983. Nas escolas municipais os valores são ainda mais baixos: R\$ 2.331 (18-24 anos) a R\$ 4.077 (+45). Ressalte-se aqui que nas escolas particulares a situação não é melhor, ao contrário: de R\$ 1.502 (18-24) a R\$ 2.996 (+45).

Se, por um lado, a pandemia fez com que os professores fossem mais valorizados pelas famílias, por outro, reforçou a ideia de que a profissão é uma missão para heróis, envolta em sofrimento. A formação de docentes tem sido precarizada. O país já enfrenta déficit de docentes, que pode ser menor ou maior a depender da área do conhecimento. Além disso, há uma formação docente inadequada para atuarem nas disciplinas, resultando no preenchimento de vagas com professores sem a formação adequada – fenômeno chamado por pesquisadores de "escassez oculta".

Neste cenário, é necessária uma posição firme de um governo disposto a promover uma mudança radical na lógica estabelecida, implementando políticas que possibilitem a formação continuada dos profissionais e a articulação entre educação básica e ensino superior nas instituições públicas.

Financiamento

Sobre o FUNDEB (Fundo de Financiamento da Educação Básica), a principal discussão se dá em torno do aumento de sua composição orçamentária, sobretudo por parte da União, hoje obrigada a completar em 10% sua receita - cerca de 15 bilhões de reais ao ano. O fundo subsidia 40 milhões de matrículas nas escolas públicas, da creche ao Ensino Médio e conta com quase 156 bilhões de reais.

O valor, garantem especialistas, é insuficiente para ampliar o número de matrículas nas redes estaduais e municipais do país e a consequente universalização do atendimento escolar nas diversas etapas da educação. A demanda mínima seria de R\$ 500 bilhões de

reais, sendo R\$ 268 bilhões de recursos novos, segundo determina o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Uma nova educação no Paraná

A educação que queremos é inclusiva e emancipatória. Ao mesmo tempo que defendemos o combate às desigualdades, destacamos a importância de afirmar a diversidade e a liberdade.

O trabalho para quebrar estereótipos é árduo e deve envolver um grande esforço das redes de educação e uma estratégia nacional coordenada, centrada em bolsas para estudantes, melhoria da qualidade de formação e da gestão de contratação e de alocação de professores.

É prioridade construir um projeto para a educação muito diferente de bizarrices como escola sem partido e ensino domiciliar, cujo objetivo parece ser proteger as crianças e os jovens de "professores vilões".

Assim como a garantia de uma educação básica de qualidade, o acesso ao ensino superior é um ponto importante do programa de governo do PSOL para a educação. Entretanto, garantir o acesso não basta: é preciso assegurar a permanência da juventude na universidade pública, por meio de programas e bolsas que criem as condições para que discentes vindos das camadas sociais menos favorecidas possam prosseguir e concluir seus estudos, seja na graduação ou na pós-graduação.

O compromisso de um governo do PSOL com o ensino superior passa também por ampliar os investimentos em pesquisa e na valorização de docentes e do quadro de servidores técnico-administrativos, cujas condições de trabalho e salários têm sido continuamente precarizados.

A universidade que queremos, pública, gratuita e de qualidade, será também inclusiva, valorizando a diversidade de gênero, as pautas e demandas LGBTQIAPN+ e a educação antirracista.

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ

1. Fomentar a produção de materiais didáticos a partir de ampla participação dos profissionais da educação, com apoio das universidades públicas.
2. Promover a interlocução entre educação básica e ensino superior, superando a lógica mercadológica no que se refere aos materiais didáticos.
3. Revogar o acordo do Governo Estadual com a Unicesumar referente a implantação do novo modelo proposto para o Ensino Médio.
4. Qualificar os espaços escolares para a oferta da educação integral.

5. Construir alternativas para a reformulação do Ensino Médio, de forma a minimizar os prejuízos causados pela implementação da Lei 13.415/17 para a formação da juventude.
6. Reverter o processo de militarização das escolas.
7. Reverter toda e qualquer forma de terceirização na educação.
8. Debater e propor uma organização curricular que respeite as diferenças e os interesses dos/das jovens e ao mesmo tempo assegure a formação básica comum e de qualidade.
9. Criar uma forma de avaliação no ensino médio e ações de assistência estudantil que possibilitem o acompanhamento das trajetórias escolares, com vistas à contenção da evasão e do insucesso escolar.
10. Assegurar o atendimento diferenciado para o ensino médio noturno de modo a respeitar as características do público que o frequenta, e, sobretudo, garantir a oferta presencial.
11. Realizar um levantamento de demanda para a EJA por meio de chamada pública escolar ativa, com o objetivo de identificar a necessidade de reterritorialização das escolas EJA e adequação dos serviços oferecidos.
12. Criar um programa de Educação de Jovens e Adultos para o Paraná, seguindo as premissas de Paulo Freire e em colaboração com movimentos sociais, que proporcione novos modelos de educação voltados às necessidades das pessoas com deficiência, jovens, adultos, idosos e idosas.
13. Organizar centros de EJA, em parceria com os municípios, que contemplem diferentes horários de funcionamento, salas de acolhimento para que as mulheres possam deixar seus filhos e filhas em segurança, alimentação adequada aos horários de estudo e espaços de convivência e sociabilidade.
14. Produzir materiais didáticos específicos para a modalidade EJA.
15. Desenvolver políticas de inclusão específicas, em parceria com entidades de apoio, de forma a implementar os serviços de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, com o devido Apoio Educacional Especializado (AEE), e extinguindo todo e qualquer atendimento com características segregatórias, de forma a garantir o pleno acesso e a permanência de estudantes com deficiência na rede pública de ensino.
16. Organizar e manter em pleno funcionamento Centros de Estimulação Integral para terapias das pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.
17. Defender a inclusão escolar das pessoas com deficiência como um direito, assim como a garantir as condições de permanência nas instituições de ensino, possibilitando o acesso aos bens culturais, pedagógicos e sociais.

18. Preparar professores/as para compreender o processo de inclusão e o atendimento das pessoas com deficiência.
19. Suprir os atendimentos necessários às crianças com deficiência nas escolas estaduais, garantindo o apoio a inclusão com profissionais suplementares e adaptação dos espaços escolares, como, por exemplo, intérpretes de libras.
20. Organizar estratégias voltadas à educação e resgate cultural junto à juventude dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, considerando tanto a educação de base (em aldeias, quilombos, territórios ribeirinhos, entre outros) quanto o estímulo à formação universitária de nível superior dos povos.
21. Proporcionar a formação da juventude dos povos tradicionais para atuar nos territórios de origem.
22. Fortalecer a educação indígena e quilombola, com investimentos para a melhoria das instalações, equipamentos e formação de professores.
23. Garantir o funcionamento das escolas do campo, estimulando a educação rural por meio de núcleos de trabalhadoras rurais, voltando a educação para contextos locais e regionais.
24. Revogar a Lei Geral das Universidades.
25. Garantir o financiamento necessário para as universidades Estaduais, possibilitando as obras de reforma, construção e manutenção.
26. Garantir a eleição direta para reitores, sem apresentação de lista tríplice e garantia de posse pelo governo da chapa mais votada.
27. Manter e ampliar das políticas afirmativas e de cotas.
28. Criar de um Plano Estadual de Assistência Estudantil com destinação de recursos para a permanência dos estudantes nas universidades.
29. Promover a valorização de docentes com abertura de concursos para preenchimento de vagas por professores/as permanentes.
30. Promover a valorização da pós-graduação com ampliação de bolsas por meio da Fundação Araucária, garantindo a permanência dos estudantes na pós-graduação e manutenção das pesquisas.
31. Revogar a lei que extinguiu os cargos de agentes educacionais I e II, com a conseqüente revogação das terceirizações.
32. Realizar concurso público para funcionários/as de escola e professores/as com a periodicidade necessária.
33. Implementar a hora atividade de 50% para professores e professoras.
34. Descongelar a carreira dos profissionais da educação.

35. Implementar uma política de incentivo contínuo à formação dos profissionais, com acesso democratizado ao PDE, e possibilidade de afastamento remunerado de professores/as e funcionários/as para cursos de mestrado e doutorado.
36. Incentivar mestrados profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, como forma de abordar as questões pertinentes ao ensino e a formação de professores/as.
37. Zerar a perda salarial acumulada de 2015 até o momento presente.
38. Combater, por uma educação humanizadora e humana, o assédio institucional nas escolas.
39. Implementar uma política de prevenção à acidentes e combate à insalubridade no ambiente de trabalho.
40. Humanizar os SAS e a Perícia Médica Estadual.
41. Extinguir o programa de militarização das escolas, com a consequente reversão do modelo nas escolas onde a militarização já foi implantada, promovendo a gestão pedagógica democrática e participativa.
42. Garantir a autonomia pedagógica às escolas (extinção do CREP).
43. Acabar com os mecanismos de controle e de opressão e das avaliações de alta escala para ranqueamento escolar, promovendo a humanização dos ambientes escolares.
44. Revogar a resolução que alterou o estatuto das APMF's proibindo pais de alunos de assumirem a presidência da entidade.
45. Implementar de uma política de gestão que fortaleça as comunidades, com formação para os Conselhos Escolares, Diretorias de APMF's, fim das tutorias e maior liberdade de gestão para as direções de escola no uso dos recursos.
46. Proporcionar a formação continuada dos profissionais nos locais de trabalho.
47. Ampliar e qualificar o uso dos recursos financeiros com vistas à reestruturação dos espaços físicos, das condições materiais, da melhoria salarial e das condições de trabalho dos/das profissionais da educação;
48. Estudar a questão das APAEs no que diz respeito ao repasse de recursos públicos, levantando a atual situação do financiamento e dos convênios.
49. Primar pela transparência na aplicação dos recursos públicos da educação.
50. Adotar os parâmetros da proposta do custo aluno qualidade.

II. SAÚDE

A pandemia de Covid 19 que assolou o Paraná e o mundo fez ver a todos a importância de um sistema de saúde público. Ainda que tenhamos contado com o máximo esforço dos trabalhadores da saúde no enfrentamento a pandemia, a gestão do governo Ratinho Jr foi insuficiente, sendo corresponsável (assim como Bolsonaro) por inúmeras mortes que poderiam ser evitadas. A falta de leitos hospitalares, a frouxidão na adoção de medidas de prevenção e a completa submissão aos interesses econômicos custaram mais de 43 mil vidas paranaenses.

Somos parte daqueles que seguem lutando por um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e igualitário. Além disso, entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada indivíduo. Ou seja, só é possível ter saúde com redução da jornada de trabalho, alimentação, saneamento básico, transporte de qualidade, educação e lazer.

Desde a aprovação da lei do SUS nos anos 1990, sua implementação vem sendo feita de modo precário, de acordo com a ideologia do estado mínimo. Nos últimos anos, uma série de serviços públicos de saúde foram terceirizados e privatizados, das mais diversas maneiras e pelos mais diversos governos. Nosso governo reverterá todas essas formas de privatização e terceirização: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas. Lutaremos por aumentar a participação estatal no SUS, ampliando a rede hospitalar e de assistência de todos os níveis sob gestão direta do estado e dos municípios.

A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. Também pode ser entendida como a medida em que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente. A saúde é, portanto, vista como um recurso para a vida diária, não o objetivo dela, abrangendo os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas.

A Saúde Única, por sua vez, representa uma visão integrada, que considera a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. O conceito foi proposto por organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), reconhecendo que existe um vínculo muito estreito entre o ambiente, as doenças em animais e a saúde humana.

O conceito Saúde Única define políticas, legislação, pesquisa e implementação de programas, em que múltiplos setores se comunicam e trabalham em conjunto nas ações para a diminuição de riscos e manutenção da saúde. Essa integração pode contribuir para a eficácia das ações em saúde pública, com redução dos riscos para a saúde global.

Para a execução das políticas públicas de saúde, o SUS do Paraná conta com uma rede de instituições públicas: 399 secretarias municipais de saúde, 22 consórcios intermunicipais de saúde e a rede de hospitais - entre eles os quatro hospitais públicos universitários, a rede privada contratada, com preferência para os hospitais filantrópicos e a rede de hospitais próprios.

Como uma instância de negociação e deliberação quanto aos aspectos operacionais do SUS no âmbito do Estado, há a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) Estadual e 22 Comissões Intergestores Regionais (CIR), constituídas paritariamente por representantes do gestor estadual e dos gestores municipais – estes encontram-se organizados em Conselhos Regionais de Secretários Municipais de Saúde (CRESEMS), vinculados ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) do Paraná.

A SESA (Secretaria de Estado da Saúde) conta com uma estrutura de nível central e descentralizada em 22 Regionais de Saúde, cujas sedes administrativas estão localizadas em cidades-polo de cada região.

Nas Regionais, as instâncias administrativas e de serviços mantêm ligação com as respectivas superintendências, centralizando suas ações em três grandes eixos: 1) atenção e gestão em saúde, 2) vigilância em saúde e 3) administração. O corpo técnico das Regionais é composto de profissionais das diversas áreas do conhecimento, com atuação junto às equipes municipais, aos consórcios intermunicipais de saúde e à rede SUS no apoio na articulação e no desenvolvimento da política de saúde da SESA.

Os serviços que prestam assistência à saúde no âmbito do SUS no Paraná são Unidades Básicas de Saúde (UBS), Serviços de Apoio e Diagnóstico para a realização de exames complementares, Centros de Especialidades e Ambulatórios de Atenção Especializada, Hospitais Gerais e Hospitais Especializados e Unidades de Atendimento Pré-Hospitalar. O modelo de organização segue a classificação da OMS, que define três diferentes níveis de atenção à saúde, que focam no atendimento ao paciente de acordo com a complexidade necessária para cada ação.

Atenção Primária à Saúde

Esse nível é o contato inicial para prevenção e redução de risco de doenças. Ele trata do contato inicial para promoção e manutenção da saúde. Também ocorrem nessa etapa campanhas de conscientização para incentivar a vacinação ou prevenir hipertensão arterial, por exemplo.

O nível de atenção primária é de suma importância à medida que se vê o aumento significativo do desenvolvimento de doenças não transmissíveis (como as cardiovasculares, por exemplo) e que poderiam ser evitadas com cuidados primários.

Atentar para um atendimento primário de excelência poderia evitar desde gastos posteriores com procedimentos complexos até mortes prematuras, já que mortes por doenças não transmissíveis vitimizam aproximadamente 40 milhões de pessoas a cada ano e, desse total, 80% são consideradas prematuras.

O Paraná apresenta cobertura de Atenção Básica (AB) de apenas 76,39% e cobertura populacional de Estratégia de Saúde da Família (ESF) de apenas 64,75%. Em comparação com os demais estados da Federação, o Paraná está na 15ª posição quanto à cobertura de AB, demonstrando que é possível melhorar essa posição (e-Gestor Atenção Básica, 2019). Analisando a série histórica, nota-se que está ocorrendo uma redução da cobertura populacional de AB e de ESF, e esse é um importante indicador para ser utilizado no monitoramento do acesso aos serviços da APS. Em 2018, a cobertura da Saúde Bucal na Estratégia da Saúde da Família foi de apenas 37,12%, e da Saúde Bucal na Atenção Primária, de apenas 52,85%.

O Brasil apresenta cobertura de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de 63,41%, e o Paraná, de 54,82%. Em comparação com os demais estados, o Paraná está na 23ª posição na competência de setembro de 2019 (e-Gestor Atenção Básica, 2019). A série histórica de cobertura de ACS mostra que está ocorrendo uma redução nos últimos cinco anos, e as atividades de territorialização, visita domiciliar, cadastro das famílias, busca ativa, entre outras, devem ser realizadas de forma contínua e, preferencialmente, pelos ACS.

Até 2019, no Paraná, existiam 1.878 Unidades Básicas de Saúde (UBS)/Centros Municipais de Saúde e 768 Postos de Saúde (CNES BRASIL, 2019). Quando estruturadas adequadamente, as UBS contribuem para o desenvolvimento de processos de cuidados seguros e influenciam em seus resultados, trazendo melhoria na qualidade da prestação de serviços.

O Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) é constituído por uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar que deve atuar de maneira integrada para dar suporte aos profissionais das equipes de ESF e AB, garantindo a longitudinalidade do cuidado e a prestação de serviços à população (BRASIL, 2017). Os NASF-AB são responsáveis por apoiar as ações de cuidado das ESF e por ajudar na resolução de casos que exigem apoio de outros profissionais que não compõem a equipe mínima de ESF, utilizando diversas ferramentas de trabalho, das quais se destacam o atendimento individual, o atendimento coletivo, o atendimento compartilhado, os grupos para educação em saúde, o que amplia o conjunto do cuidado na APS com potencial para aumentar a resolutividade.

Atenção Ambulatorial Especializada (AAE)

A AAE realiza atendimentos por meio de consultas e exames especializados, pode estar ou não inserida em uma estrutura hospitalar e deve servir de referência para a APS.

As seis especialidades médicas nas quais há a maior produção de consultas são: clínica médica, ortopedia e traumatologia, oftalmologia, cardiologia, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia. Essas especialidades concentram 56% das consultas médicas especializadas produzidas no estado. Os diagnósticos regionais obtidos evidenciam insuficiências e vazios assistenciais na média e na alta complexidade ambulatorial do Estado nas diversas especialidades. Os problemas levantados desdobram-se tanto em falta de disponibilidade de consultas e exames em determinadas especialidades quanto em dificuldade de acesso aos serviços.

Quanto aos serviços de apoio e diagnóstico, verifica-se que a quantidade de exames especializados processados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) não está diretamente relacionada às linhas de cuidado, o que igualmente ocorre com as habilitações de alta complexidade, sendo necessário o aprofundamento dessa questão para que patologias como o câncer, por exemplo, sejam diagnosticadas cada vez mais precocemente. Além disso, há uma insuficiência de serviços de apoio e diagnóstico e uma necessidade de estabelecer protocolos de regulação para alguns procedimentos, como tomografia e ressonância magnética e para os procedimentos de análises clínicas.

Além dos atendimentos realizados em clínicas especializadas, hospitais e unidades de diagnóstico e terapia, em cada Região de Saúde existe, no mínimo, um Ambulatório Multiprofissional Especializado. Esses ambulatórios são gerenciados pelos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS). Os CIS surgiram no âmbito do SUS do Paraná na década de 1990 e ocupam um papel de destaque na Política de Saúde do estado, pois se revelaram uma estratégia viável para a gestão municipal, já que constituem um mecanismo para garantir maior eficiência e eficácia nas ações e nos serviços de saúde de determinada Região de Saúde.

No Paraná, 21 Regiões de Saúde contam com Ambulatórios Multiprofissionais Especializados gerenciados pelos CIS, atendendo, em sua maioria, à totalidade dos municípios que compõem as respectivas regiões. Dos 399 municípios paranaenses, 96,7% integram os CIS que gerenciam a AAE, o que corresponde a apenas 79% da população do estado.

Rede Hospitalar

A rede hospitalar no Paraná é composta por 433 hospitais, sendo 339 (78%) unidades hospitalares com atendimento aos usuários do SUS. Dos hospitais com atendimento SUS, 129 (38%) são de natureza jurídica pública; 125 (37%) são privados sem fins lucrativos; 67 (20%) são privados; e 15 (4%) são hospitais próprios.

O Paraná dispõe de 20.785 leitos SUS (gerais e complementares), o que representa 67% do total de leitos existentes no estado. Contudo, vale salientar que 28% dos leitos estão distribuídos em hospitais com até 50 leitos gerais.

No total de leitos complementares (224) estão incluídos os leitos de UTI de queimados, Unidade Coronariana (UCO), Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional (UCINCO), Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (UCINCA) e Unidades de Cuidados Intermediários Pediátrico e Adulto.

O Paraná tem 17 hospitais próprios, dos quais 11 estão sob gestão direta da SESA e seis estão sob gestão da Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS). Atualmente, a FUNEAS faz gestão dos hospitais, além da Escola de Saúde Pública (ESPP) e do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI). Além disso, conta com quatro hospitais universitários que estão sob gestão compartilhada com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), sendo a SESA corresponsável pelo custeio e investimento em infraestrutura e pelo parque tecnológico. Foi criando também por meio da Resolução SESA n. 353/2019, o Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT).

O Hemepar - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná é uma entidade de natureza pública, unidade prestadora de Serviços da SESA, referência no Estado do Paraná em Hemoterapia e Hematologia. Composta por 23 unidades, sendo 1 hemocentro coordenador; 4 hemocentros regionais; 9 hemonúcleos; 8 unidades de coleta e transfusão; e 1 agência transfusional. As unidades da Hemorrede Hemepar estão distribuídas em todo o Paraná.

A Central Estadual de Transplante do Paraná (CET/PR), sediada em Curitiba desde 1995, tem a função de organizar, coordenar, regular e fiscalizar o Sistema Estadual de Transplantes (SET) e conta com o apoio das centrais macrorregionais de transplantes, sediadas nos municípios de Cascavel, de Londrina e de Maringá.

No Paraná estão implantadas 7 unidades do Serviço Integrado de Saúde Mental (SIMPR), e 143 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

De complexidade intermediária entre as UBS e os hospitais, as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) devem oferecer atendimento qualificado aos usuários acometidos de quadros agudos ou agudizados de natureza clínica e prestar atendimento aos casos de natureza cirúrgica ou de trauma. Têm objetivo de promover retaguarda hospitalar às UBS e reduzir a sobrecarga dos hospitais de urgências. Atualmente, existem 35 UPAs habilitadas/qualificadas distribuídas no estado.

No Paraná o financiamento da Assistência Farmacêutica Básica é destinado exclusivamente à compra dos medicamentos do CBAF (Componente Básico da Assistência Farmacêutica) e insumos para insulino dependentes. Os recursos federal e estadual são

transferidos por meio de convênio celebrado com a SESA-PR. O recurso municipal é transferido por meio de convênio celebrado individualmente por cada município.

Um dos grandes nós do financiamento da saúde brasileira está na política de medicamentos. O SUS e a Constituição garantem o tratamento integral e a assistência farmacêutica envolvida. Por outro lado, no Brasil não temos produção própria de medicamentos (salvo honrosas exceções), o que faz com que os governos estaduais tenham de arcar com a compra de medicamentos de grandes laboratórios, que muitas vezes chegam a cobrar mais de R\$ 10.000,00 por um único comprimido.

Para reverter esta situação, em médio e longo prazo, precisamos fortalecer uma rede de produção própria de medicamentos. No Paraná precisamos criar uma empresa pública de produção de medicamentos

Financiamento em Saúde

A Constituição Federal de 1988 determina que as três esferas de governo – federal estadual e municipal – financiem o Sistema Único de Saúde (SUS) gerando, em conjunto, a receita necessária para custear as despesas com ações e serviços públicos de saúde, cujo financiamento ocorre por meio de recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos estados e dos municípios, além de outras fontes (Brasil, 1988).

O Paraná financia a saúde no âmbito da SESA por meio da Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde (Funsaude), que executa os recursos financeiros destinados às ações e aos serviços públicos de saúde.

A regionalização é a diretriz organizativa que orienta o processo de descentralização das ações e dos serviços de saúde e os processos de negociação e pactuação entre os gestores nos três níveis de governo, e para a qual os arranjos institucionais e a relação política administrativa são variáveis que permeiam o planejamento, a gestão e a organização da Redes de Atenção à Saúde. Com a regionalização, busca-se um grau de suficiência expresso na máxima oferta e na disponibilidade de ações de saúde para a população de dado território, instrumentalizada por uma rede articulada e integrada (CONASEMS, 2019).

A saúde pública precisa de financiamento adequado. Atualmente, boa parte do orçamento da saúde é sugado pela esfera privada, a partir da compra de serviços, procedimentos e medicamentos. Os pontos levantados anteriormente seguem a diretriz de que o dinheiro público deve ser investido na saúde pública.

A visão ampliada de saúde abriu espaço para que os mais diversos governos estaduais, como o do Paraná, descumprissem o mínimo constitucional para a saúde pública (12% do orçamento no caso dos estados), gastando dinheiro da saúde na área de esportes, faculdades, saneamento etc. É claro que estas medidas ajudam na garantia da saúde, mas, de acordo com essa lógica, tudo é saúde e, ao mesmo tempo, nada.

Também há governos que gastam dinheiro da saúde com servidores aposentados ou com estabelecimentos de saúde que não proporcionam acesso universal, como hospitais da polícia militar.

Perfil demográfico

A previsão é de que o ritmo de crescimento populacional no Paraná deverá desacelerar, com taxas de crescimento cada vez menores, ao mesmo tempo que a estrutura etária da população será alterada em razão do decréscimo populacional em alguns de seus segmentos, particularmente o de crianças e jovens e em virtude da crescente participação de idosos no contingente populacional estadual. Observa-se que a tendência de redução do número de crianças, esperada para o decênio 2010-2020, deverá continuar na próxima década, embora em menor intensidade. Entre 2020 e 2030, também deverá ser registrada queda no número de pessoas com idade entre 15 e 59 anos.

Contrariamente, as taxas de crescimento da população idosa serão elevadas nesta década e na próxima. O número de idosos será aumentado em 756,1 mil pessoas entre 2020 e 2030, respondendo pela totalidade do crescimento populacional do Estado na citada década.

Por fim, a razão de dependência mostra que o número de pessoas potencialmente dependentes (crianças e idosos) para cada grupo de 100 pessoas potencialmente ativas deverá aumentar nos dois decênios. Em 2030, a razão será de 65 por 100. Tão importante quanto o aumento desse indicador é mudança na composição da população potencialmente dependente, com os idosos ampliando sua participação nesse contingente, de 32,3% em 2010 para 52,6% em 2030 (IBGE, 2018).

Perfil sanitário

Com relação ao saneamento básico, apenas 30,3% dos domicílios do Estado não estão ligados à rede de esgotamento sanitário e 7% não têm lixo coletado, o que certamente repercute sobre a saúde da população.

As zoonoses (influenza, raiva, leishmaniose, toxoplasmose, leptospirose, Ebola, HIV/AIDS, Zika, MERS, SARS...) e arboviroses podem ser transmitidas diretamente pelo contato entre pessoas e animais ou, indiretamente, por vetores, pelo consumo de produtos de origem animal contaminados ou por meio de resíduos da produção que podem contaminar a água e todo o ambiente.

Entre as muitas “lições” que a pandemia de COVID-19 tem nos ensinado está a noção de que o meio ambiente não é um universo paralelo, à parte do ser humano. Ambos estão intimamente conectados, impactando um ao outro (Saúde Única).

Atendimento às populações vulneráveis

A promoção da equidade é a capacidade de “reconhecer as diferenças nas condições de vida e saúde nas necessidades das pessoas, considerando que o direito à saúde passa pelas diferenciações sociais e deve atender à diversidade” (FIOCRUZ, 2020). Portanto, o objetivo da promoção da equidade em saúde é ampliar o acesso das populações vulneráveis no SUS. Essas populações apresentam maior risco de adoecimento, tendo em vista fatores como desigualdades sociais e distribuição de renda, orientação sexual, raça/cor e etnia, fluxo migratório, baixa escolaridade, população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, populações do campo, povo cigano, população LGBTQIAPN+, PCDs, e dificuldade de acesso às principais políticas públicas. Para enfrentar os diversos desafios que expõem essas populações ao maior risco de adoecer, é necessário conhecer suas especificidades, desde a APS e os demais níveis de atenção do SUS, e inserir as temáticas em todas as linhas de cuidado.

PROPOSTAS PARA A SAÚDE NO PARANÁ

1. Organizar o planejamento conceitualmente alinhado com os instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com as realidades regionais, com participação da sociedade;
2. Avaliar as condições sócio-sanitárias no âmbito individual e coletivo e os possíveis riscos à saúde e intervir de modo técnico-científico competente e eticamente comprometido com os princípios do SUS;
3. Planejar, implementar e avaliar estratégias de gestão e gerência do SUS e sua rede de serviços com o objetivo de qualificar a atenção à saúde da população usuária.
4. Planejar, implementar e avaliar práticas críticas e reflexivas voltadas para as políticas públicas sociais afins à saúde como o meio ambiente e a educação.
5. Estimular atitudes que visem a garantia do direito à saúde da população, a partir do compromisso profissional e o respeito à diversidade cultural e a singularidade dos sujeitos cuidados, fazendo do assistir e do cuidar práticas humanizadas dentro do SUS.
6. Educar comunidades em áreas com alto potencial de surgimento de doenças zoonóticas sobre os riscos à saúde associados ao uso e comércio da vida selvagem;
7. Promover mecanismos sustentáveis para reduzir o consumo de animais silvestres preservando, ao mesmo tempo, seu papel na segurança alimentar de comunidades locais, povos tradicionais e indígenas.
8. Estimular o aumento da cobertura (cadastro) da Atenção Primária em Saúde, principalmente entre as populações vulneráveis.

9. Levar a Atenção Primária em Saúde para 100% dos municípios paranaenses.
10. Estender a Estratégia de Saúde da Família para 100% dos municípios paranaenses
11. Construir mais hospitais públicos, aumentando a participação estatal no SUS paranaense.
12. Incentivar a criação de novas faculdades de medicina e outras carreiras da saúde nas universidades públicas.
13. Aumentar a oferta de consultas especializadas e exames diagnósticos.
14. Criação de uma empresa pública de produção de medicamentos

III. SEGURANÇA PÚBLICA

São necessárias novas diretrizes e princípios para a segurança pública estadual, propondo uma nova relação entre a sociedade e as instituições que compõem o sistema em âmbito estadual: Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Polícia Penal, que possa servir de referência aos demais estados e ao governo federal.

Esperamos assim contribuir para a mudança do quadro geral sobre a violência estatal e de classe no país. Vale destacar que ao tratarmos de políticas de segurança pública, devemos incluir ao debate outras tantas políticas públicas e ações que compõem, complementam e até determinam o que entendemos por segurança pública. Em outras palavras: segurança pública não é assunto de polícia, ela é apenas uma parte do problema.

Somos guiados pelos seguintes princípios: desmilitarização, controle externo da atividade policial, participação comunitária na elaboração das políticas de segurança pública, dar voz à base policial, proporcionando sua participação nas decisões estratégicas e diminuindo a atuação dos comandos nas instituições (equilibrando desta forma, o poder de decisão base x comando, buscando uma maior igualdade), prover os recursos necessários para as comunidades deliberarem e elaborarem suas próprias políticas de segurança pública, garantia dos direitos e deveres dos profissionais da segurança pública - inclusive o direito a uma formação digna baseada no *princípio da dignidade da pessoa humana*, a transparência e divulgação de dados e resultados sobre as políticas de segurança pública.

Nosso programa para as políticas públicas de segurança foi construído a partir de três eixos básicos interligados:

Políticas de Segurança Pública: diálogo

O primeiro eixo é o diálogo permanente com as bases das categorias da segurança pública, pois entendemos que é fundamental ouvir quem está realizando a atividade-fim e que executa a atividade. Afinal, são esses agentes, trabalhadores e trabalhadoras, que podem nos dar um panorama melhor, um quadro geral mais realista sobre a segurança pública estadual.

Entendemos que isso sempre foi muito negligenciado, sobretudo no caso das e dos militares estaduais, que não tem sindicatos e menos condições de se organizarem politicamente pelo caráter da instituição a que pertencem. A legislação e até mesmo a formação rígida que impõe a hierarquia sobre a democracia na Polícia Militar tem reflexos sobre a organização política da base da categoria dos militares estaduais.

Na polícia civil isso não é diferente! O conselho da polícia civil, *órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras polícias civis* (Resolução nº 231/01 – Regimento interno do

conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná), é formado somente por delegados de polícia, deixando de fora todas as classes da base (investigador, escrivão e papiloscopista). Essa composição não permite que aqueles e aquelas que conhecem a realidade das delegacias e que são a maioria, possam opinar sobre decisões que lhes afetam e que afetam no atendimento à população.

Diante disso, a atenção às condições de trabalho mais elementares das e dos servidores da segurança pública será um dos pilares do governo em nossa política de segurança. Entendemos que isso se estende por toda a vida funcional dos servidores e servidoras da pasta da segurança pública, desde a formação dos policiais e bombeiros até sua aposentadoria ou passagem à reserva. É preciso maior investimento material, humano e técnico a área da segurança pública, é necessário tecnologia aplicada à atividade desta área tão sensível a todas e todos, é fundamental uma boa formação que atenda aspectos técnicos da rotina dos trabalhadores e trabalhadoras da área, bem como, uma formação humanitária, sempre pautada no *princípio da dignidade da pessoa humana*. Em geral, o processo formativo é precário sob todos os aspectos e, segundo relatos, baseado na violência, na tortura e no improviso, algo que se reproduz no cotidiano dos agentes do estado e no trato com as comunidades.

Esse diálogo permanente e atenção às condições de trabalho inclui rever as políticas que atacaram os direitos destas categorias, como o previdenciário, licença especial e o arrocho salarial devido ao calote na data base. O governo também deve assumir o compromisso de ampliar e fortalecer o debate sobre a carreira única nas polícias estaduais, embora isso em grande medida esteja fora das atribuições do executivo estadual, seremos parceiros das bases das policiais que defendem essa pauta.

É também nosso compromisso, zelar pela saúde mental desses trabalhadores e trabalhadoras, criando melhores condições de trabalho, fiscalizando o controle de horas semanais trabalhadas, oferecendo recursos materiais adequados e de qualidade, estruturas físicas em condições dignas para o trabalho e para o atendimento à população, recomposição do efetivo e a criação de um serviço permanente de atendimento psicossocial de qualidade, oferecendo atendimento médico e psicológico aos policiais e familiares, além da implementação de ações preventivas, educativas e de apoio àqueles e àquelas que encontram-se em sofrimento emocional.

Crítica e combate ao modelo atual

O segundo eixo é o combate e a crítica permanente a esse modelo de segurança pública secular ineficiente, genocida e racista. Tudo que estiver ao nosso alcance para mudarmos esse estado de coisas de violência será feito - estamos cientes dos limites

constitucionais e legais, mas entendemos que podemos avançar mesmo dentro destas estruturas.

Aqui, novamente, a formação dos agentes é central: teremos como uma das prioridades da pasta a formação continuada de policiais civis, polícias penais, polícia científica, policiais militares e bombeiros militares, com ênfase em seus direitos e deveres constitucionalmente garantidos fazendo valer o *princípio da dignidade da pessoa humana*, inclusive garantindo sua participação nos processos formativos.

O intercâmbio com universidades, movimentos sociais e organizações de base das comunidades paranaenses serão a forma de realizar esse aprimoramento crítico formativo das políticas de segurança pública no estado. Entendemos que já existem mecanismos e instrumentos jurídicos/legais para isso, eles precisam apenas ser aprimorados e ou adaptados a nova realidade. Essa é uma questão urgente e será referência em nosso governo. A participação popular, comunitária em especial, deverá ter prioridade na construção de políticas públicas de segurança, seja na formação das e dos agentes, seja nas decisões de processos práticos da área. Não se constrói uma política de segurança pública isonômica e eficiente de cima para baixo, é preciso que as comunidades digam quais são seus anseios e demandas e participem de forma *plena e integral* de todo o processo, da formação dos agentes à rotina mais elementar das instituições de segurança pública.

Participação comunitária, gestão eficiente e racional dos recursos.

O terceiro eixo é mais amplo e será o centro de nossa política de segurança pública. Está assentado na municipalização de parte dos serviços de segurança pública prestados à população.

Incentivaremos a formação de Guardas Civis Municipais ou Guardas Municipais e de Bombeiros Municipais. Desta forma, buscamos equacionar a falta e ou precariedade do atendimento imediato que o estado deve fornecer aos cidadãos e ampliar o serviço já oferecido, com melhor qualidade e de forma mais barata para os cofres públicos.

A Polícia Militar, que realiza o serviço ostensivo, o patrulhamento das cidades, não atende de forma igual a todos os municípios, é uma instituição extremamente cara, cresceu muito e precisa de muitos recursos para manter-se. O processo de militarização que se acelerou muito nos últimos anos precisa ser contido, pois não é eficiente e é muito custoso aos cofres públicos.

Desta forma, financiaremos os municípios que desejarem formar suas próprias Guardas Municipais e Bombeiros Comunitários Municipais. Vamos propor um conjunto de critérios básicos que serão somados a outros critérios debatidos com as comunidades e a administração local. Faremos a formação básica inicial e a formação continuada. A proposta é formar convênios com outras instituições do Estado e, se possível, com o governo federal,

além de universidades e outras instituições. O objetivo será formar os agentes, de acordo com os princípios e diretrizes da lei 13.022/14 (estatuto geral das guardas municipais).

A proposta é uma migração gradual do modelo de segurança pública centralizado no estado, trazendo para perto da população local o serviço de policiamento ostensivo e estimulando as comunidades a participarem ativamente do processo de construção de sua segurança, aliviando as funções e tarefas das principais instituições: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, que deverão concentrar-se cada vez mais em suas atividades constitucionais, especializando-se em questões das quais as comunidades locais têm poucos recursos e condições de intervir.

Concentraremos as ações das polícias estaduais, gerindo melhor os recursos e diluiremos as decisões e ações mais imediatas do cotidiano entre as comunidades - porque elas é que realmente sabem do que necessitam. Já há instrumentos jurídicos para isso, é preciso realizar. A proposta, portanto, é debater as políticas de segurança pública de forma permanente, porque segurança não é apenas assunto de polícia, que são apenas uma parte do processo - as decisões precisam passar pela comunidade. Este modelo possibilitará direcionar esforços e recursos em crimes de maior impacto contra a vida como, por exemplo, os homicídios. Neste sentido, precisamos ampliar a esfera de atuação da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) que avançou graças ao esforço dos profissionais que atuam lá, mas ainda é pouco perto da nossa realidade: atualmente apenas 12% dos homicídios são esclarecidos no Paraná. Com os municípios mais estruturados podemos trabalhar na prevenção e no suporte necessário a este tipo de investigação.

Da mesma forma, com a Polícia Militar, o aumento no número de mortes em confrontos com os policiais militares no Paraná, sabemos que tivemos aumento no número de atendimentos do PROAAR - Programa de Avaliação e Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrência de Alto Risco. Isto significa que os policiais militares estão cada vez mais, atuando de forma violenta e isso os prejudica também, os coloca em situação de adoecimento mental. Os números de suicídio entre policiais são elevados e superam as mortes de policiais em confrontos. Isso é uma soma explosiva de péssimas condições de trabalho (jornadas excessivas principalmente para os militares estaduais) e mais uma cultura de violência que vem desde a formação do profissional - não tem como dar certo!

Vamos melhorar a formação das e dos militares estaduais e policiais civis combatendo por dentro a cultura de violência, alocar melhor os recursos para áreas mais sensíveis onde somente a Polícia Militar e Polícia Civil tem condições para atuar e criar ferramentas e condições para as comunidades locais decidirem como será sua segurança, a partir da criação de Guardas Municipais com uma estrutura específica e um conjunto de ações determinado e previamente debatido com as comunidades locais. Hoje, dos 399 municípios paranaenses, menos de 10% possuem Guarda Municipal.

Entre os critérios para o estímulo a ampliação do número de guardas-civis municipais, seu desenvolvimento e reestruturação, está a criação de conselhos comunitários municipais de segurança: órgãos deliberativos e consultivos, com participação de representantes das categorias de base e da comunidade local e o controle externo da atividade policial e das guardas-civis municipais. Este será realizado, por meio de ouvidoria externa, constituída no âmbito de cada órgão policial, dotada de autonomia orçamentaria e funcional, responsável pelo controle da atuação do órgão em questão.

Todas essas medidas serão complementadas e aperfeiçoadas a partir de um amplo debate estadual nos diferentes níveis e esferas de interesse e poder, desde o comunitário até o estadual. As Guardas Civis Municipais deverão se organizar por carreira única, e o governo tem o compromisso de ampliar e fortalecer esse debate nas polícias estaduais. Audiências públicas e seminários abertos serão convocados para que as novas políticas de segurança pública sejam debatidas e aplicadas.

Entendemos que essas medidas somadas as demais políticas públicas presentes em nosso programa de governo tendem a reduzir a pressão ao sistema penal, freando o processo de encarceramento em massa existente no Brasil, que atinge sobretudo, jovens negros e pobres. Todas essas medidas pretendem estabelecer um marco de mudanças no estado do Paraná e no Brasil para esse tema tão urgente que é o da segurança pública.

PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ

1. Desmilitarizar a polícia e a política, promovendo medidas desmilitarizantes.
2. Estabelecer princípios e diretrizes para as políticas de segurança pública estadual e municipal, inclusive quanto à produção de dados criminais e prisionais, à gestão do conhecimento e à formação dos profissionais e para a criação e o funcionamento, nos órgãos de segurança pública, de mecanismos de participação popular e comunitária e a promoção da transparência.
3. Apoiar os municípios na elaboração de políticas de segurança pública, inclusive com a criação e aperfeiçoamento de guardas-civis municipais, com a garantia de funcionamento de mecanismos para o controle social e comunitário, e de promoção da transparência, prevenção e fiscalização efetivas de abusos e ilícitos cometidos por profissionais de segurança pública.
4. Garantias, direitos e deveres dos servidores da segurança pública, inclusive quanto a uma formação digna e humanitária.
5. Instituição de uma carreira única na Polícia Militar, em que o soldado possa chegar a Comandante.

IV. CULTURA, ESPORTE E TURISMO

A destruição da cultura no governo Bolsonaro atinge níveis deploráveis, com censura, cortes orçamentários e a extinção do Ministério da Cultura (MinC), realizada no primeiro dia de mandato. No Paraná não é diferente: também houve a extinção da Secretaria de Cultura, que foi rebaixada a uma superintendência da pasta de Comunicação. Em plena pandemia, quando uma das categorias que mais sofreu com o isolamento social foi justamente a classe artística e de profissionais da área, somente por meio de intensa mobilização popular foi possível a aprovação de recursos emergenciais por meio da Lei Aldir Blanc. Ainda assim agentes culturais afirmam que, no Paraná, os valores efetivamente repassados aos trabalhadores da cultura não estavam chegando a 15% do montante.

Se é certo que, em uma sociedade desigual, a produção e a difusão de bens culturais tendem a reproduzir desigualdades, é certo também que um governo de esquerda deva apontar no sentido contrário, criando políticas públicas que possam dar voz à produção cultural e artística, bem como democratizando seu o acesso. Mas para isso é preciso fugir de uma armadilha: hoje, via leis de incentivo à produção cultural, baseadas unicamente no mecanismo da renúncia fiscal, colocamos a decisão do que pode ou não ser produzido, e conseqüentemente do que vai ser consumido, nas mãos dos empresários.

Não propomos o fim deste mecanismo, mas ele precisa ser complementado por um mecanismo estatal de financiamento, em que o Estado, a partir de seus recursos próprios, possa financiar diretamente a produção cultural. Para isso o Fundo Estadual de Cultura será fortalecido. Para geri-lo e participar das decisões sobre o emprego dos seus recursos, a participação da comunidade artística e dos movimentos sociais será essencial e majoritária. Desta forma, a produção artística e cultural passará a ser encarada como um direito social provido pelo Estado, com transparência de critérios e na execução. Só assim poderemos criar as condições para uma verdadeira liberdade de expressão, que não fique refém dos empresários. É este modelo de financiamento que poderá dar voz às produções periféricas, da juventude, das mulheres, da negritude, da comunidade LGBTI+ e das pessoas com deficiência.

O Sistema Estadual de Cultura, criado no Paraná no atual governo, na prática não saiu do papel. É preciso implantá-lo e definitivamente fortalecê-lo, para que o governo estadual atue como um indutor das políticas municipais desta área. Hoje a maioria dos municípios paranaenses sequer possui uma secretaria de cultura. Com o pleno funcionamento do Sistema Estadual de Cultura e a indução via editais e transferências aos municípios, poderemos avivar uma rica rede de produção local, com repercussão estadual e até nacional.

Como parte deste Sistema Estadual de Cultura cada município polo das Regiões Geográficas Imediatas do Paraná terá um Centro Estadual das Artes, em que serão oferecidos cursos das mais variadas linguagens artísticas. Dotados de espaços para apresentações,

estes centros serão - em parceria com os municípios sede -, irradiadores da cultura e da produção artística local. Serão locais também de preservação da memória e do patrimônio artístico local.

Os Centros Estaduais das Artes serão o lugar também de corpos estáveis de músicos, artistas plásticos, atores, historiadores, escritores, promotores culturais, cenógrafos, museólogos, artistas circenses, fotógrafos, e todos os demais personagens que possam dar vida às atividades dos Centros, ao mesmo tempo em que lecionam e promovem oficinas de aprendizagem ao público em geral.

Até o final de 2026 as seguintes cidades do Paraná terão seus Centros Estaduais de Artes: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Colorado, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ibaiti, Irati, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Loanda, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória.

Mas nada disso vai se tornar realidade sem um reforço significativo do orçamento público para a área da cultura. O Paraná tem um dos menores orçamentos do país para a área artística e cultural, valor que vem diminuindo a cada ano, apesar do potencial econômico paranaense. Em 2020 a porcentagem para a área foi de 0,34% e, em 2021, foi de 0,29% do orçamento do estado. Atualmente mais de 90% desse valor é destinado de forma concentrada para a capital, em detrimento das manifestações culturais do interior do estado. Em 2021, dos 0,29% destinado para o Fundo de Cultura, cerca de R\$ 33 milhões foram para custeio do Teatro Guaíra, sobrando menos de R\$ 400 mil para projetos de incentivo a todos os outros artistas. A descentralização dos recursos da cultura no Paraná precisa também ir além do aspecto geográfico, considerando toda a diversidade cultural paranaense e as minorias sociais, considerando a população negra, periférica, os caiçaras, as comunidades indígenas e ribeirinhas.

Melhorar, ampliar e financiar as estruturas públicas de lazer e esporte são também ações fundamentais. Da mesma forma como ocorre com a cultura, geralmente não são prioridades da administração pública, que é incapaz de enxergar nelas um investimento que pode disputar nossos jovens com o tráfico de drogas, por exemplo. O governo Ratinho Jr praticamente extinguiu as políticas públicas ligadas ao esporte ao colocar esta pasta dentro da Secretaria de Estado da Educação (criando a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte). Para priorizar o esporte é preciso encontrar um lugar próprio para esta temática dentro da administração estadual.

Aliás, a mistura de temas diversos nas mesmas secretarias estaduais é uma marca da desorganização e falta de planejamento do governo estadual, ou mesmo de deliberada sabotagem de algumas áreas. É esse também o caso do turismo, alocado na pasta de

desenvolvimento sustentável. Ou este governo não entende nada de desenvolvimento sustentável ou de turismo. Mas o mais provável é que não entenda nada dos dois assuntos. Em nosso governo o turismo será a alavanca do desenvolvimento das pequenas comunidades, das comunidades tradicionais, em estreita ligação com os atrativos culturais e as belezas naturais do nosso estado.

PROPOSTAS PARA A CULTURA, ESPORTE E TURISMO NO PARANÁ

1. Implementar o Sistema Estadual de Cultural, conforme o Sistema Nacional de Cultura, com mecanismos de controle social do orçamento público.
2. Reforçar o Fundo Estadual da Cultura, financiando diretamente as produções artísticas e culturais e os artistas.
3. Instituir câmaras setoriais com comissões populares dos movimentos e outros canais de ampla participação popular para a elaboração, construção e acompanhamento de políticas públicas para a cultura.
4. Elaborar políticas específicas para as manifestações artísticas e culturais de Rua, Populares e Periféricas, com destaque para o fim da marginalização e criminalização de tais expressões.
5. Incentivar a criação e consolidação de orçamentos de cultura e secretarias municipais de cultura nos municípios.
6. Incentivar a criação de Fundos Municipais de Cultura.
7. Inverter as prioridades na Lei de Incentivo à Cultura, passando a priorizar aqueles projetos que visem a criação e produção de artistas locais.
8. Criar 28 Centros Estaduais das Artes.
9. Desvincular o esporte da Seed, atribuindo mais importância para o tema.
10. Direcionar a atividade turística para o desenvolvimento econômico das comunidades e povos tradicionais;

V. TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Há um certo mito que gira em torno da economia paranaense, de que somos um estado rico e que as condições de vida aqui são boas. A ilusão decorre da comparação com outros estados brasileiros mais pobres, uma vez que o Paraná tem o quinto maior PIB do país. Entretanto, uma análise mais aprofundada mostra as enormes desigualdades e necessidades básicas não atendidas para uma parcela ampla da população paranaense. A desigualdade entre classes sociais e entre as regiões é fator importante para a população daqui.

Em 2020, 50% da população paranaense vivia com no máximo um salário-mínimo e 30% com no máximo dois salários-mínimos. Neste mesmo ano, a média salarial brasileira foi de R\$ 2.213,00 e a paranaense de R\$ 2.368,00. Isto é, 80% da população paranaense ganhou menos do que a média nacional e que a média do próprio estado. Em 2021 cerca de 16% das pessoas na força de trabalho (aproximadamente 983 mil pessoas) estavam subutilizadas e, atualmente, um em cada três paranaenses trabalha na informalidade, sem carteira assinada ou vínculo empregatício, sem segurança ou garantias trabalhistas.

As discrepâncias são alarmantes entre as mesorregiões do estado. No último censo (2010) as regiões Norte Central e Noroeste tinham taxas de pobreza (de 5,4% e 5,6%, respectivamente) de 2 a 3 vezes menores do que as regiões Centro Sul e Sudeste do estado, que apresentaram índices de 16,3% e 13,6%, respectivamente. Do mesmo modo, o rendimento médio é bastante discrepante: um trabalhador do Norte Pioneiro recebe em média menos de 60% (R\$ 2.044,53) da renda média de um trabalhador em Curitiba e Região Metropolitana (R\$ 3.592,27). Finalmente, somente a microrregião de Curitiba foi responsável por 40% do PIB estadual em 2016.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal do Emprego e Renda (IFDM-Renda), avalia os municípios por notas, em que a variação vai de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de desenvolvimento de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. No que diz respeito ao Paraná, em 2013, no quesito renda, apenas nove municípios paranaenses se encontravam com alto desenvolvimento, 121 moderado, 252 regular e 17 baixo. Isto é, 269 dos 399 municípios paranaenses (quase 70%) possuem um desempenho regular a baixo.

Apesar de manifestar-se como um fenômeno dinâmico e multidimensional, a desigualdade social tem como um dos fios condutores a renda gerada no circuito de produção e circulação de mercadorias. A apropriação da renda sob a forma de juros, lucros, aluguéis e salários define, em grande medida e objetivamente, a dimensão social da desigualdade, acentuada com a concentração fundiária, a regressividade do sistema tributário e os elementos subjetivos relacionados a fatores como etnia, gênero, situação do domicílio e

aspectos culturais. Assim, pode-se afirmar que a presença de segmentos industriais mais dinâmicos em determinadas regiões do Paraná, enquanto em outras a atividade agrícola é prevaiente, constitui um elemento principal em relação a desigualdade regional. De tal modo que, entender o campo hoje é compreender que estamos diante de uma fração territorial marcada pela complexidade: novos e velhos protagonistas e conflitos, novas e velhas técnicas, novos e velhos desafios em comum.

Economia paranaense, trabalho e terra

O Paraná é um grande produtor nacional de grãos, ficando em 2019 apenas atrás do Mato Grosso em quantidade produzida. Aqui as atividades agropecuárias ocupam 14,7 milhões de ha. Contudo, é a agricultura familiar que domina os estabelecimentos rurais: entre as mais de 305 mil propriedades no estado, quase 229 mil são de agricultores familiares, representando 75% do total. Mais de um milhão de pessoas moram em propriedades dessa natureza. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Cerca de 77% (3,9 milhões) dos estabelecimentos rurais brasileiros são classificados como agricultura familiar e são responsáveis pela ocupação de 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no País.

Da mesma maneira, o cooperativismo tem se mostrado uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 11% das cooperativas do país estavam localizadas no Paraná. Entre os mais de 60 mil cooperados, 70% deles era de agricultores familiares e as cooperativas com predominância de agricultores familiares eram localizadas em 114 municípios do estado. Adicionalmente, entre as 148 cooperativas, 42% delas continham até 100 cooperados em seu quadro e apenas 9% mais de 1.000, o que significa que mais de 40% das cooperativas da agricultura familiar podem ser consideradas como de pequeno porte.

Além do potencial de melhoria dos indicadores de segurança alimentar e nutricional da população paranaense, destaca-se o potencial de organização dessas iniciativas através dos princípios da economia solidária. Segundo dados do Cadsol (Cadastro dos Empreendimentos Solidários), recolhidos antes de sua extinção, dos 176 empreendimentos com CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) do estado, 129 delas eram relacionadas a atividades agrícolas. Não obstante, mesmo diante dessa relevância e da atuação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER junto aos produtores rurais, o governo estadual não disponibiliza dados próprios atualizados em relação às cooperativas e iniciativas de economia solidária nesta área, de modo que os dados obtidos sobre agricultura familiar são através da declaração de aptidão ao PRONAF e do Censo Agropecuário.

Da mesma forma, são os pequenos negócios os grandes empregadores no Paraná. Em novembro de 2021, geraram cerca de 90% dos empregos e, assim como a agricultura familiar, são negligenciados pelo estado. O Governo anunciou celebrando que fechou o ano de 2021 com mais de 105 milhões de reais em operações de microcrédito contratadas, para apoiar empreendimentos informais, MEIs e empresas de micro e pequeno porte de todo o Paraná. Assim como propagandeou que em abril de 2021, lançou um programa de crédito exclusivo para agricultura familiar e pequenas cooperativas, cujo alcance é estimado em R\$ 500 milhões. Contudo esqueceu de dizer que só para a empresa Klabin (a maior produtora e exportadora de papéis do país), em 2019 concedeu 12,9 bilhões de reais em isenção fiscal. Esse valor corresponde a quase três vezes o que o governo gastou com saúde no mesmo ano.

As isenções fiscais são um ponto sensível na economia paranaense. O estado tem adotado a política de renúncia fiscal para grandes empresários e latifundiários como modelo de desenvolvimento, o que o coloca na terceira colocação entre os 19 estados que mais praticam a renúncia fiscal. Na outra ponta, sem arrecadação desses impostos, o governo aumenta tarifas de luz e água e precariza os salários do funcionalismo público. A política de desoneração tributária prevê, ainda, para 2022 um gasto de R\$ 17,4 bilhões, o que causou um rombo de R\$ 4,6 bilhões nos repasses do Poder Executivo aos 399 municípios do Paraná. Com esse valor, seria possível construir, aproximadamente, 853 escolas agrícolas pelo estado, ou 2.069 escolas convencionais.

Isto é, para agricultura familiar e os pequenos negócios, os grandes geradores de emprego e alimento para a população paranaense, o incentivo financeiro é baixo. Para os grandes empresários e latifundiários, sem qualquer contrapartida comprovada, a ajuda do governo fica na casa dos bilhões. De modo que se tira da população recursos que poderiam ser usados em saúde, educação e segurança. Somos terminantemente contra isso. Desonerações fiscais devem ser feitas com muita responsabilidade e visando a geração de emprego e renda comprovadas para nossa população.

É necessário que valores estipulados na Lei Orçamentária Anual sejam majoritariamente cumpridos, garantindo assim, um mínimo de serviço público nas mais diversas áreas de atuação do governo do estado. Neste sentido, por exemplo, nos últimos três anos, o governo estadual não investiu um real sequer em reforma agrária. Mesmo com fato de que, de acordo com o relatório do IPARDES de 2014, existiam pelo menos 60.000 propriedades rurais passíveis de regularização e sem documentação efetiva no Estado, em territórios onde há predominância da agricultura familiar, baixa diversificação produtiva e fraca inserção econômica, o que impacta na qualidade de vida e no desenvolvimento rural das comunidades.

Para nós isso é um ponto muito sensível e importante da economia, entendemos que a reforma agrária é extremamente necessária para o acesso justo à terra. A territorialização do capital no campo, através da prática predatória exercida com grande violência, tem como resultado um grande passivo ambiental e social. Diversos povos indígenas e, mais recentemente, muitos camponeses e povos tradicionais perderam espaço para atividades econômicas exploratórias.

O falso orçamento do estado

E nesta mesma linha do que foi estipulado na Lei Orçamentária Anual, com base nos relatórios de execução orçamentária do atual governo, notou-se que o investimento com ensino superior permaneceu praticamente igual nos últimos três anos. Isso tem tornado as universidades estaduais cada vez mais sucateadas, sofrendo com insuficiência de professores e pesquisadores, num momento em que mais precisamos do aporte da ciência para enfrentar os imensos desafios postos à sociedade. Não só as universidades estaduais sofrem com falta de recursos nos últimos anos, como também os gastos com a educação como um todo diminuíram em 2021, quando analisado proporcionalmente ao total das despesas.

Embora seja uma das mais decisivas questões da humanidade da nossa geração, a Gestão Ambiental do atual governo tem sido uma de suas maiores catástrofes. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, 2020 e 2021 previa investimentos de 464, 569 e 684 milhões, respectivamente - o que já seria insuficiente. Entretanto, o governo gastou apenas 37% do orçamento aprovado. Do mesmo modo com Cultura, nos últimos dois anos o valor de fato despendido correspondeu a no máximo 53% do divulgado na LOA, tudo isso no cenário pandêmico, onde tal setor sofreu muito e precisava de incentivos. A título de exemplo, este valor não investido correspondeu a mais de 90 milhões de reais em 2021, o que representaria mais 4.500 projetos de incentivo à cultura (no valor de R\$ 20.000,00). Pior foi a situação do Esporte, onde o máximo de fato gasto correspondeu a 34% do estabelecido na LOA. Este valor definido em lei e não gasto, equivale a mais de 69 milhões de reais em 2021 e poderia pagar mais 69 mil bolsas atletas de R\$ 1.000,00.

Em relação ao Trabalho, em plena pandemia, o dispêndio real representou somente 6% do valor estipulado na LOA em 2020 e cerca de 21% em 2021. A falta de investimentos na geração de empregos diminui a capacidade do estado combater o desemprego e a informalidade. Assim, cada vez mais trabalhadores sujeitam-se ao trabalho por plataforma, sem nenhuma garantia - nem mesmo sobre seu tempo de trabalho. Como não há regulamentação, o valor pago pelo trabalho varia conforme variáveis algorítmicas desconhecidas pelos trabalhadores, que têm suas condições de trabalho deterioradas. Segundo o Relatório Fairwork Brasil 2021, o desempenho das principais plataformas de

trabalho por aplicativo nos critérios considerados para trabalho decente foi pífio. É necessário assegurar aos trabalhadores remuneração justa, condições justas, contratos justos, gestão justa e representação justa.

Nosso levantamento constatou que tem sido uma prática comum no atual governo não cumprir com os valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Trata-se um descaso com a população, refletido também nas políticas governamentais que, tanto no campo, como na cidade, negligenciam os pequenos em favor de grandes empresários e latifundiários.

Estas políticas perpetuam a alarmante desigualdade existente no Paraná. Com os recursos oriundos do cancelamento das desonerações fiscais absurdas, bem como a real utilização daquilo que é anualmente estipulado na lei orçamentária, poderemos implementar ações para reverter este cenário de desigualdade do Paraná, privilegiando a maioria dos paranaenses: classe trabalhadora. O desenvolvimento econômico precisa caminhar junto com o desenvolvimento social e com a sustentabilidade ambiental com vistas a um futuro decente, para nós é essa única economia possível. Assim, construiremos um Paraná da gente.

PROPOSTAS PARA O TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO PARANÁ

1. Programa de pleno emprego para população paranaense - o Estado Paraná tem de ser um garantidor de trabalho à toda sua população, assim, sem uma parte das pessoas desesperadas por emprego, os salários são pressionados a subir e a qualidade de vida das pessoas melhora.
2. Conselhos Regionais de Desenvolvimento - estabelecer fóruns de discussão e decisão com a população, a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento local, buscando: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência das pessoas em sua região; a preservação e recuperação do meio ambiente e a fiscalização da execução orçamentária.
3. Garantir que o Programa Compra Direta, criado durante a pandemia, torne-se permanente, além de vinculá-lo a programas de assistência técnica e condicionar a compra a um diagnóstico da produção em cada regional administrativa do estado; ampliar seu orçamento e a quantidade de entidades assistidas e assegurar remuneração diferenciada para aqueles produtores que aceitarem converter a sua produção para orgânica ou agroecológica.
4. Priorizar compras nas licitações públicas de cooperativas e outras formas de associativismo popular.

5. Aprofundar a parceria entre cooperativas e sindicatos, identificando necessidades e oportunidades para o desenvolvimento conjunto de plataformas cooperativas e cooperativas sindicais.
6. Aumentar a conscientização sobre as cooperativas, colocando o modelo de cooperativas em programas de fomento.
7. Construir conhecimento sobre o modelo cooperativo em locais estratégicos de formação de novos negócios, realizando workshops, organizados por associações cooperativas, em incubadoras tecnológicas, centros culturais e espaços de coworking.
8. Aprimorar o apoio ao desenvolvimento de negócios com financiamento público para projetos cooperativos, formando consultores no modelo cooperativo; alavancando e expandindo as capacidades de desenvolvimento de cooperativas de plataforma dentro das associações cooperativas; e estabelecendo incubadoras cooperativas.
9. Criar um aplicativo estadual para entregas e transporte de passageiros, onde as e os trabalhadores tenham seus direitos respeitados e recebam valores dignos pelos seus trabalhos.
10. Ampliar do programa de restaurantes populares por todo o Estado, e não só em cidades com mais 80 mil habitantes (menos de 10% dos municípios paranaenses), com alimentos oriundos de produções agrícolas familiares, visando gerar empregos, além de oferecer refeições a setores vulnerabilizados, bem como garantir que, sobretudo as mulheres, possam se emancipar do afazer doméstico de cozinhar, importante componente da sua jornada dupla
11. Gerar incentivos à industrialização regional dos produtos dos pequenos agricultores, tal como o MST faz em relação ao leite, café, arroz, etc.
12. Fomentar a integração das agendas de pesquisa das universidades paranaenses, incentivando a pesquisa e a produção de tecnologias sociais.
13. Criar o Programa Bora Paraná, para atender as pessoas que foram excluídas do Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) e que estão na fila para receber, mas ainda não conseguiram o benefício.
14. Criar uma comissão para avaliação de todas as desonerações estaduais com vistas a gerar um relatório completo desta política. Revisão das desonerações dotando essa política de um elemento progressivo no aspecto tributário, buscando desonerar em maior proporção os produtos básicos e transferir os custos para produtos de luxo.
15. Divulgar os beneficiários da Política de Desonerações por CNPJ, dispendendo o mesmo nível de publicidade dos servidores e empresas fornecedoras no Portal da Transparência.
16. Combater a sonegação e realizar a cobrança integral das dívidas dos grandes devedores do estado.

17. Formular o orçamento a partir das demandas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criando rubricas específicas para acompanhamento das despesas por região.
18. Garantir que os valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual sejam cumpridos em pelo menos 80% do estabelecido.
19. Revisar as alíquotas de Imposto de transmissão causa mortis (sobre a herança) e doação (ITCMD) hoje única de 4% para uma tabela de incidência progressiva que no Brasil pode alcançar 8%, permitindo ainda a isenção de pequenas propriedades. Coordenar essa revisão com esforços de contenção da evasão desse tributo.
20. Organizar esforços para rever a decisão da Justiça que proibiu a cobrança de IPVA sobre helicópteros e embarcações de luxo, de forma a incrementar o montante arrecadado pelo estado. Regular alíquotas progressivas com faixa de isenção para pequenas embarcações, como as de pescadores e ribeirinhos.
21. Reorganizar o Centro de Atendimento ao Trabalhador para auxiliar na orientação vocacional, democratização das oportunidades e intermediação das vagas, principalmente para: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, negros e negras e comunidade LGBTQI+.
22. Utilizar a Fomento Paraná para realmente ajudar as pequenas empresas, MEIs e agricultura familiar.

VI. GESTÃO PÚBLICA

Pensar a gestão da máquina pública estadual pressupõe ser firme nos princípios. Como socialistas defendemos o que é público contra a sanha privada e privatista, que quer se apropriar do que é público em busca do lucro em prejuízo do atendimento das necessidades mais sentidas pela população. Por isso o governo do PSOL se pautará pela valorização do funcionalismo, pelo fortalecimento do que é público e estatal, pela participação popular, pela democratização da comunicação e pelo combate à corrupção.

Valorizar o funcionalismo

O funcionalismo público do Paraná amargou dias muito duros no governo de Ratinho Jr. Perdas salariais, falta de diálogo, autoritarismo, tentativas de interferência na vida sindical, desvalorização e privatização foram as marcas deste governo.

Em sua lógica privatista, o governo do estado não repôs o quadro de servidores, preferindo os contratos precários. E mesmo em um contexto de recuperação das finanças estaduais, não repôs sequer as perdas inflacionárias. As promoções, progressões, quinquênios e anuênios, sequer foram pagas em dia e a data-base foi constantemente desrespeitada.

A amarga reforma da previdência, patrocinada pelo governo federal e aceita de bom grado pelo governo de Ratinho Jr, impôs um confisco de 14% do salário de todos os/as servidores/as. Aplicada de forma linear, só aumentou o arrocho e as injustiças. A alteração das alíquotas contributivas do Paranaprevidência, conforme a promulgação pela Emenda Constitucional estadual n. 45, em 4 de dezembro de 2019, decorreu da adequação obrigatória das contribuições ordinárias dos RPPS estaduais e municipais (Emenda Constitucional nº 103/2019 - EC 103 - e na Portaria nº 1.348, de 03/12/2019, do Ministério da Economia), que exigiu, até 31 de julho de 2020, a adoção de alíquotas de contribuições dos servidores não inferiores às dos servidores vinculados ao RPPS da União.

Assim, a Lei nº 20.122/2019 alterou, a partir de abril de 2020, a alíquota de contribuição previdenciária estadual de 11% para 14%. Entretanto, o aumento da alíquota contributiva de 11,0% para 14,0% não era a única forma de adequação para à Paranaprevidência. Havia também a possibilidade de adoção das alíquotas progressivas previstas no art. 11 da EC 103 (e atualizadas pela Portaria nº 2.963/2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia) que poderia ser mais interessante para os servidores. Além de cumprir a adequação das alíquotas exigidas pela Constituição Federal, oneraria menos o funcionalismo estadual e evitaria a excessiva transferência da responsabilidade de custeio do Governo do Estado para o funcionalismo.

Abaixo, um exemplo de como foi aplicado aos servidores federais. Vale destacar que o governo do estado poderia criar seu próprio escalonamento, desde que respeitando os limites de 7,5% e 22%.

Tabela 1 Alíquotas progressivas do servidor do RPPS da União em 2020

Faixas	Intervalo de valor – R\$	Alíquota %
Faixa 1	Até 1.045,00	7,5%
Faixa 2	De 1045,01 a 2.089,60	9,0%
Faixa 3	De 2.089 a 3.134,40	12,0%
Faixa 4	De 3.134,41 a 6.101,06	14,0%
Faixa 5	De 6.101,07 a 10.448,00	14,5%
Faixa 6	De 10.448,01 a 20.896,00	16,5%
Faixa 7	De 20.896,01 a 40.747,20	19,0%
Faixa 8	Acima de 40.747,20	22,0%

Fonte: Art. 11 da EC 103 e Portaria nº 2963 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (03/02/2020)

Não propomos adotar esta tabela extorsiva do Governo Federal. Vamos mobilizar a força dos trabalhadores do serviço público paranaense para ajudar a reverter no plano federal esta reforma da previdência e seremos parceiros na construção de um modelo previdenciário estatal justo. Como medida emergencial, discutiremos com o funcionalismo a possibilidade de reverter no plano estadual a adoção da alíquota única de 14%, trocando-a por uma tabela escalonada, que será mais justa e poupará os servidores com menor renda.

O governo de Ratinho também não escapa da lógica que impera no Brasil de lotear os cargos públicos em troca de apoio político na Assembleia Legislativa para conquistar o apoio de prefeitos. Para nós, o serviço público deve ser lugar de pessoas qualificadas e os cargos de chefia, no governo do PSOL, serão ocupados preferencialmente por funcionários de carreira. Não temos medo de que com isso nos falte apoio na Assembleia Legislativa. A cada votação de projetos de interesse da população a mobilização do povo saberá arrancar as vitórias necessárias no legislativo estadual.

Um funcionalismo estável, bem remunerado, em quantidade suficiente e com carreiras atrativas é essencial para a boa prestação de serviços públicos para a população. Mais servidores da saúde, na educação e mais servidores administrativos são essenciais para que o governo estadual ofereça bons serviços públicos.

Para começar a inverter a lógica do atual governo, o PSOL irá repor, a cada ano, as perdas inflacionárias dos servidores públicos. Além disso, a recuperação das perdas passadas (que hoje já somam 34%, desde 2017) será objeto de um escalonamento para saldar esta dívida com os servidores dentro dos quatro anos de governo, ou até antes disso.

Os planos de carreira serão objeto de estudo e diálogo com os sindicatos, de modo a tornar as carreiras cada vez mais atraentes e com melhores remunerações.

Por fim, o atendimento à saúde dos servidores e servidoras está cada dia pior. O SAS (Sistema de Assistência à Saúde) tem por objetivo garantir uma cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar em todo o Estado do Paraná ao servidor público, bem como para seus dependentes e pensionistas.

A rede de assistência compreende hospitais contratados, por meio de licitações, nas cidades-sede das Macrorregiões, por suas unidades avançadas em outros municípios, denominados Mesorregiões, e pelos demais prestadores de serviços de saúde vinculados ao contratado.

A remuneração das unidades hospitalares prestadoras é realizada através do modelo de "captação" que se baseia na utilização de hospitais gerais que recebem um pagamento mensal, calculado com base no número de beneficiários de sua região. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas com o SAS são previstos na Lei Orçamentária, correndo, exclusivamente, à conta do Tesouro. No entanto, o funcionamento do SAS é precário e não dá conta de atender a demanda com qualidade.

Desprivatizar e fortalecer o estado

Reverter a lógica privatista que governa o Paraná significa também que as empresas públicas paranaenses precisam ser colocadas a serviço do povo do Paraná. A participação da Copel e da Sanepar na bolsa de valores trouxe a lógica privada para a administração destas empresas. Hoje são administradas para dar lucro aos seus acionistas (fundos de investimentos bilionários) e não para fornecer luz e água barata e eficiente ao povo paranaense. Segundo relatório recente da XP Investimentos, a Copel é a empresa brasileira que mais paga dividendos aos seus acionistas. O resultado são tarifas cada vez mais caras e os acionistas cada vez mais ricos. Ao mesmo tempo em que enche os bolsos dos acionistas privados, o governo estadual depreda o patrimônio da empresa, tendo vendido a eficiente e lucrativa Copel Telecom, renunciando a uma empresa estratégica que poderia ser colocada a serviço da inclusão digital de todos os paranaenses. É o balcão de negócios das privatizações destruindo o patrimônio do povo do Paraná.

Vamos mudar isso. A política de preços da Copel e Sanepar será o resultado do custo da produção somado ao necessário para novos investimentos, resguardando os recursos para a justa remuneração de seu excelente quadro de funcionários. A queda do preço das ações resultante desta nova política de preços será respondida por uma agressiva recompra de ações, colocando as duas empresas da vez mais sob o controle do poder público. Vamos ainda trabalhar para anulação da venda da Copel Telecom, buscando resgatar este importante instrumento de desenvolvimento paranaense.

O Simepar, o TECPAR, a Celepar, o Iparde e outros órgãos de pesquisa e planejamento serão fortalecidos e resgatados em sua função de produtores de conhecimento e prestadores de auxílio à economia e ao planejamento da máquina pública, em diálogo com servidores, universidades e a população em geral.

Um governo popular exige participação popular

Hoje o Palácio Iguaçu é lugar do lobby dos grandes empresários e latifundiários, que colocam o governo Ratinho Jr a seu serviço. Nosso governo será o governo daqueles que nunca tiveram voz. Assim, sem-terras, trabalhadores do campo e da cidade, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, população LGBTQIAPN+, negros e negras, mulheres e todas e todos aqueles que nunca foram verdadeiramente representados nos espaços de poder serão os principais atores da elaboração das políticas públicas. Organizaremos Conselhos Populares temáticos, territoriais e setoriais em que os que nunca tiveram vez e nem voz participarão, construindo espaços de poder decisório dentro da estrutura estatal, que possam decidir desde a proposta orçamentária até a execução das políticas do Estado. Sem cooptação e respeitando a independência dos movimentos sociais - esta será uma verdadeira revolução democrática na forma de gerir a máquina pública.

Combate a corrupção

Para nós a corrupção é inaceitável. Não é possível admitir a apropriação do dinheiro público por particulares que busquem o enriquecimento próprio ou para qualquer outro fim. A busca de vantagens ilícitas e imorais não pode ser tolerada quando se administra o patrimônio do povo. A corrupção é sistêmica e funcional no capitalismo. Ainda assim precisamos criar mecanismos para combatê-la sem tréguas.

O governo Ratinho Jr buscou posicionar-se como um governo moderno, inovador e competente. Fez isso incorporando práticas da “nova gestão pública” (a visão neoliberal do que seja uma boa administração pública). Nessa linha, lançou em 2019 o Programa Estadual de Integridade e Compliance, coordenado pela CGE (Controladoria Geral do Estado). Como isso tentou dar uma “roupagem republicana” para as manobras ilícitas que foram feitas em seu governo.

Nestes últimos 4 anos de governo nenhuma manobra diversionista conseguiu esconder que este é um governo em que a corrupção esteve presente. O atual governo é herdeiro direto do arquiocorruputo Beto Richa. Administrando esta herança, vimos prosperar, durante quase todo o governo Ratinho Jr a relação promíscua com as empresas pedageiras (as seis concessionárias faturam juntas 2,6 bilhões por ano). Prova desta relação promíscua foi a conduta em relação ao grupo CCR (Andrade Gutierrez + Camargo Correa + Soares Penido), que estava suspenso de contratar com a administração pública por uma decisão da

CGE (Resolução 67/2019), que foi revogada apenas 8 dias antes da CCR participar do leilão pela privatização dos aeroportos, no qual arrematou por R\$ 2,1 bilhões o Bloco Sul, onde estão os terminais Afonso Pena e Bacacheri, em Curitiba, José Richa, em Londrina, e o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu.

Além de transigir com as pedageiras que deveriam estar impedidas de licitar com o poder público, Ratinho Jr ofereceu a mão amiga para os seus aliados corruptos. Pego desviando dinheiro da saúde para construir sua casa de veraneio, o prefeito de Umuarama, Celso Pozzobom, teve a ajuda do governador para tentar salvar seu mandato. Solidário com o seu corrupto de estimação, Ratinho Jr foi flagrado em um grampo da polícia federal dizendo a ele que “(...) eu tô à disposição, qualquer hora que você vier pra Curitiba, tomar um café, tô às ordens, mas vamos tentar resolver isso aí o quanto antes”.

Para combater a corrupção o governo do PSOL criará uma comissão independente, composta de membros da sociedade civil, com poderes para receber qualquer denúncia de corrupção e apurá-la, sem prejuízo das instâncias administrativas que hoje existem.

Democratizar a comunicação

No governo de Ratinho Jr os gastos com a comunicação oficial voltaram a atingir patamares estratosféricos atingindo, em 2021, os mesmos patamares do governo Richa.

Tabela 2 - Gastos com comunicação oficial - governo do Paraná - 2011 a 2021

Ano	PUBLICIDADE LEGAL (R\$)	PROPAGANDA INSTITUCIONAL (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL CORRIGIDO PELO IPCA (R\$)
2021	11.801.274,06	161.583.082,50	173.384.356,56	173.384.356,56
2020	11.453.229,09	107.508.728,76	118.961.957,85	118.961.957,85
2019	10.970.375,73	71.005.655,44	81.976.031,17	86.664.478,12
2018	15.991.664,03	105.229.215,85	121.220.879,88	132.350.690,11
2017	14.502.016,41	164.318.251,47	178.820.267,88	203.137.660,59
2016	13.168.927,01	131.674.262,18	144.843.189,19	169.153.583,16
2015	10.670.134,47	101.528.144,42	112.198.278,89	140.185.197,09
2014	12.897.427,29	79.113.798,82	92.011.226,11	127.006.352,60
2013	15,4 milhões	110,2 milhões	125,6 milhões	184.735.293,44
2012	10,1 milhões	106,8 milhões	116,9 milhões	181.867.572,46
2011	9,6 milhões	5,7 milhões	15,13 milhões	29.859.135,19

Fonte: <https://livre.jor.br/na-vespera-das-eleicoes-propaganda-da-gestao-ratinho-junior-pula-para-r-161-milhoes/>

E hora de mudar isso. A comunicação do estado deve estar a serviço de informar e instruir a população e deve ser distribuída de forma a incentivar a democratização da mídia. O governo do PSOL adotará um plano de democratização da comunicação, investindo o

necessário apenas para cumprir as relevantes funções de informação e educação, sem estar refém dos barões da mídia, como a família do próprio governador Ratinho Jr.

Por outro lado, a TV e rádios do governo estadual serão veículos de disseminação da cultura e da produção regionais, cumprindo seu papel social.

Para cumprir estas funções e orientar a política de comunicação do governo paranaense um Conselho Popular com a participação de sindicatos, movimentos e da população em geral será formado.

PROPOSTAS PARA A GESTÃO PÚBLICA NO PARANÁ

1. Repor a perda inflacionária dos servidores a cada ano.
2. Repor as perdas salariais passadas dos servidores.
3. Rever a reforma da previdência dos servidores estaduais.
4. Reestruturar os planos de carreira, melhorando a remuneração e a atratividade.
5. Valorizar os servidores de carreira, que ocuparão todos os cargos de chefia possíveis na máquina pública.
6. Extinguir as indicações políticas ao Tribunal de Contas do Estado – indicações técnicas e independentes.
7. Promover concursos públicos para repor o quadro funcional do estado.
8. Fortalecer o Sistema de Assistência à Saúde (SAS).
9. Colocar a Copel e a Sanepar a serviço exclusivo do fornecimento de energia e água baratas e não do enriquecimento de seus acionistas.
10. Valorizar os órgãos de pesquisa e planejamento do governo estadual.
11. Criar Conselhos Populares temáticos, territoriais e setoriais com poder de decisão.
12. Promover a participação pública nas grandes decisões de governo por meio de plebiscitos e referendos, reforçando a democracia direta.
13. Criar uma Comissão Independente de combate a corrupção.
14. Criar um Conselho Popular de Comunicação para orientar a política estatal nesta área.

VII.TODAS AS GENTES DO PARANÁ

Negritude

Vivemos em um país com fortes raízes escravocratas. A herança social nacional vem de um cruel processo de exploração e escravização de pessoas negras, retiradas de seus países de origem à força e trazidas para cá como mercadoria e mão de obra gratuita. Desde o começo da nossa nação até os dias de hoje, a exploração da população negra perdura, apenas se transformando com o tempo.

Vivemos em tempos de escravidão assalariada, onde a população negra enfrenta uma dura realidade de diversas dificuldades de acessos, como à educação e bons empregos, que resultam em diversas outras problemáticas, como a fome, falta de moradia e baixo acesso a uma vida digna. Sem falar, é claro, na problemática mais óbvia: o racismo estrutural. A democracia racial é uma farsa. Não existe hoje, no Brasil, uma convivência pacífica entre raças. Nunca existiu. A exploração da população negra é um fato.

Apesar dessa população representar pouco mais de um terço do estado do Paraná, existem diversos dados que comprovam como ela é jogada às margens. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que em 2018, 34% da população do Paraná era autodeclarada como negra (pretos e pardos). Segundo a classificação do IBGE (2016), apesar de negros, negras, pardos e pardas representarem aproximadamente um quarto da população total de Curitiba, eles são 48,5% da população em situação de rua.

Na educação, apesar do percentual de crianças negras e brancas matriculadas no ensino fundamental ser praticamente o mesmo, ao longo da trajetória escolar as desigualdades vão se acumulando. No ensino médio, no mesmo ano, apenas 65,1% dos jovens pretos e 66,7% dos pardos de 15 a 17 anos frequentavam as escolas e colégios, frente a 79,2% dos brancos. Já a conclusão dessa etapa até os 19 anos era uma realidade para apenas 58,3% dos jovens pretos e 59,7% dos pardos em 2019, contra 75% dos jovens brancos. Nas universidades, segundo o IBGE, entre 2010 e 2019, o número de estudantes negros cresceu quase 400%, mesmo assim, o total dessa população no Ensino Superior ainda corresponde a apenas 38,15%. Todas essas desigualdades durante a idade escolar culminam em uma escolaridade média das populações pretas e pardas de 18 a 29 anos de 11 anos, quantidade 1,3 ano menor que a branca.

No que diz respeito aos empregos, de acordo com dados do IBGE, no primeiro trimestre da pandemia de Covid-19, o número de pessoas negras desempregadas era 71% maior do que brancos. Dos números separados por raça, foi possível observar que entre aqueles de cor preta, o índice de desemprego chegou a 17,8% e, entre pardos, a 15,4%, enquanto foi de 10,4% para os brancos. Outros dados da mesma instituição, sobre o primeiro

trimestre de 2021, mostram que os negros continuaram representando grande parte dos desempregados, com 72,9% de um total de 13,9 milhões de pessoas nessa situação.

Quanto à remuneração, homens e mulheres negras também estão entre os que recebem menor salário. Considerando os dados da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça publicada também pelo IBGE, as mulheres pretas ou pardas continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. No ano de 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocuparam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos. O estudo aponta ainda como a desigualdade está presente na distribuição de cargos gerenciais: somente 29,9% deles são exercidos por pessoas pretas e pardas. Quanto mais alto o salário, menor é o número de pessoas pretas e pardas que ocupam esses postos.

Esses dados mostram mais que a falta de acesso a bons empregos decorrente da falta de acesso à educação e condições competitivas no mercado, mas principalmente ao racismo, que joga a população negra na linha de pobreza desde sua chegada forçada ao Brasil.

O acesso ao sistema de saúde também é mais precário entre os negros e negras. De acordo com o Boletim Epidemiológico de 2015, a proporção de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior entre as pessoas brancas (74,8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%). Assim, as pessoas negras (pretos e pardos) ficam abaixo da média nacional, que é 71,2% (142,8 milhões). Dados de acesso ao serviço dentário no mesmo período também mostra uma desvantagem da população preta (38,2%) e da população parda (39,2%) em comparação com os brancos (50,4%). A violência obstétrica tem muito mais chance de ocorrer em mulheres negras do que brancas.

Em 2016 cerca de 28,5% da população paranaense era formada por pessoas autodeclaradas negras ao tempo em que representaram quase metade das pessoas mortas em confronto com a polícia do estado.

Já no cenário nacional, em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. O 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que de cada três pessoas encarceradas, duas são negras. Das 657,8 mil pessoas que compõem a população carcerária, em que há a informação da cor/raça disponível, 66,7% (dados de 2019).

Também é necessário lembrar as diversas chacinas ocorridas no Paraná, em diversas localizações, como as incontáveis mortes de jovens negros no bairro do Parolin, em Curitiba, nas regiões metropolitanas da mesma cidade e no interior do nosso estado.

A carne mais explorada e mais assassinada do país, é a negra.

A população negra é a grande construtora do Brasil e do Paraná. Foi ela quem edificou nosso país e estado com suas próprias mãos e suor. É necessário que essa população seja atendida da maneira que merece, com políticas públicas pensadas para garantir maior acesso à Educação, Saúde, Emprego, Cultura e boas condições de vida.

Para isso, este programa de governo tem a luta antirracista como um eixo central da nossa política e apoia as lutas dos movimentos negros, a resistência cultural da periferia, a as pautas do feminismo negro.

O Paraná que queremos também é o Paraná de gente negra.

LGBTQIAPN+

Ser quem se é e amar quem se quer são direitos dos seres humanos - ou deveriam ser. Todas, todos e todes deveriam sentir-se livres para ser quem são e amar quem amam, podendo manifestar-se livremente, sem ter que esconder sua essência ou seu amor. Essa, infelizmente, não é a realidade em que vivemos. Afinal, habitamos um país machista, LGBTfóbico, preconceituoso e conservador.

Segundo o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBTQIAPN+ e é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. De acordo com o Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Pessoas Trans de 2019, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o estado do Paraná é o sexto mais violento para população trans. Foram sete assassinatos no ano de 2019.

Já em 2020, houve registros de aumento nos casos de violência contra travestis e transexuais em todo o Brasil. De acordo com os dados divulgados em relatório da Antra, nos oito primeiros meses de 2020 o país registrou 129 assassinatos de pessoas trans, um aumento de 70% em relação ao mesmo período de 2019. Em oito meses, foram registrados mais assassinatos do que em 2019 inteiro (124). Em 2021, o Brasil registrou 300 ocorrências de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ — um aumento de 8% em relação a 2020. Com um total de 276 homicídios e 24 suicídios, o país teve uma morte a cada 29 horas.

Ainda é difícil contabilizar em porcentagens o quanto esses números representam da quantidade total de pessoas LGBTQIAPN+ do Brasil e do Paraná, uma vez que os levantamentos realizados pelo IBGE só agora começam a testar levantamentos neste sentido. Apenas o desinteresse em entender quantitativamente a população em questão, já demonstra a inexistência de preocupação com a preservação da vida dessas pessoas, quem dirá então com os Direitos Humanos que precisam ser assegurados à elas.

Porém, diante desse apagão de dados, a solução encontrada pelos movimentos sociais é aplicar a Escala Kinsey, que tenta descrever o comportamento sexual de uma

pessoa ao longo do tempo e em seus episódios num determinado momento. Aplicando esta escala aos números do Ministério da Saúde, estima-se que viveriam, hoje, no Paraná, 973 mil pessoas da população LGBTQIAPN+. Seriam 564 mil homens gays, 352 mil mulheres lésbicas, 57 mil pessoas trans — o equivalente, arredondando para baixo, a 8% da população do estado — e mesmo assim, apagando dados de populações como os bissexuais, pansexuais e demais pessoas presentes na sigla.

A grande realidade é que no cenário profascista em que vivemos, com um governo nacional comandado por um presidente que pronuncia seu ódio às pessoas LGBTQIAPN+ abertamente, e em um estado governado por seu aliado Ratinho Jr, é muito difícil que os direitos dessa população sejam respeitados

Em 2011, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que apresentava diretrizes e objetivos para que esse público fosse mais bem atendido na rede pública de saúde. Porém, de acordo com dados apresentados pelo Ministério da Saúde, dois em cada três entrevistados, ou seja, 67% das pessoas já sofreram algum tipo de discriminação motivada pela identidade sexual ou pelo gênero, proporção que alcançou 85% em travestis e transexuais.

Para as pessoas trans a hormonioterapia também é uma questão. Atualmente, no Paraná, ela é centralizada no Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais (CPATT), um serviço vinculado à Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e localizado em Curitiba. Inaugurado em 2013, o CPATT atendeu, até o momento, cerca de 850 usuários, sendo 54% mulheres trans e 46% homens trans. Destes, aproximadamente 400 permanecem como usuários ativos e em efetivo acompanhamento multiprofissional.

Porém, muitas pessoas trans não possuem acesso à hormonioterapia e acabam tendo sua rotina dificultada por uma sociedade que muitas vezes considera sua existência como uma abominação. Nós acreditamos que podemos ir além e oferecer serviços com cada vez mais qualidade para a população trans.

Nos dias atuais, os municípios do Paraná, por meio das Secretarias de Saúde, podem ofertar, por exemplo, atendimento ambulatorial dentro do processo transexualizador. Se considerarmos a responsabilidade compartilhada entre as esferas de gestão, ao conseguir estabelecer parcerias com os municípios, o estado do Paraná pode solicitar a habilitação de novos ambulatórios junto ao Ministério da Saúde para ampliar o atendimento a essas pessoas.

Acreditamos que a população LGBTQIAPN+ precisa ter muito aporte estatal e social para ter uma vida digna e o direito de ser e amar assegurados. O Paraná que queremos também é o Paraná com liberdade para ser e amar quem quiser.

Acessibilidade

Para nós, fazer um Paraná da gente também significa garantir acessibilidade plena e facilitada para todas as pessoas que compõem o nosso estado. Isso significa pensar todos os quesitos da sociedade, desde o transporte público até estrutura urbana geral para que pessoas com deficiência, seja ela visual, motora, auditiva ou mental tenham condições de viver uma vida autônoma, com um estado que não seja apenas adaptado a elas, mas sim que tenha uma estrutura real, pensada através das diferenças que todos os seres humanos possuem.

É do nosso interesse também refletir sobre a estrutura do Paraná também quando falamos de pessoas com corpos não normativos — pessoas gordas, com nanismo e outros. A sociedade atual não é pensada para corpos dissidentes, que fogem à norma de alguma forma. Dessa maneira, pensar a acessibilidade de todas, todos e todes é uma urgência.

Precisamos e queremos nos responsabilizar com a tarefa de pensar um Paraná inclusivo, que leve em conta não só as 2,2 milhões de pessoas com deficiências que aqui residem, mas também todas as outras pessoas com corpos não normativos que hoje possuem dificuldades diversas de acessibilidade. O Paraná pensado pela gente é inclusivo para todos, todas e todes os paranaenses.

Etarismo

Segundo o estudo do IBGE de 2021, o Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas na faixa etária acima de 60 anos (13% da população). No Paraná, a população idosa, em 2021, representava 16% dos paranaenses, com mais ou menos 1,8 milhões de habitantes - o que representa um aumento de 4,8% em relação ao último Censo de 2010.

O Paraná conta com a 5ª maior população idosa do país e estatísticas dizem que até 2030, o estado terá mais pessoas acima de 60 anos do que pessoas com até 15 anos de idade. Queremos um Brasil e um Paraná que ofereça um processo de envelhecimento digno, saudável e que leve em conta as reais necessidades dessas pessoas que já tanto fizeram pelo nosso estado e país

Faremos valer o Estatuto do Idoso, e pretendemos ampliar o alcance e acesso a todo o sistema de saúde dessa população. O Paraná da gente também é pensado para os idosos.

Mulheres

Acreditamos que a liberação das mulheres de todo tipo de opressão e violência só será alcançada em uma sociedade antirracista, antiimperialista, anticapitalista, antiLGBTfóbica e ecossocialista. As políticas neoliberais pensadas pelos homens que historicamente ocupam cargos de poder (como acontece no estado do Paraná) não respondem às necessidades das mulheres, estimulam as desigualdades e nos colocam frente às crises econômica, social, política, ecológica e, não menos importante, a crise do cuidado.

No Paraná, assim como em todo o Brasil, é urgente avançar em políticas que combatam o sexismo, o assédio, a violência de gênero, o abuso moral no local de trabalho, o racismo estrutural, a brutalidade policial, os desastres ecológicos e a desapropriação intensificada, pois todas essas violências impactam diretamente a vida das mulheres.

Especificamente sobre a jornada de trabalho, mulheres dedicam às tarefas domésticas 95% a mais de tempo que os homens (Dieese), o que muitas vezes dificulta sua inserção no mercado de trabalho formal. Atualmente, a participação das mulheres brasileiras nesse espaço é 20% menor do que a dos homens. A pandemia da COVID-19 deteriorou ainda mais a participação das mulheres nesse mercado, fazendo com que muitas perdessem suas ocupações. No Paraná, a taxa de desemprego das mulheres é maior que a dos homens e a remuneração do trabalho delas é, em média, 22% menor que para eles - diferença que chega a 38% em cargos gerenciais, fazendo do Paraná o segundo estado brasileiro no ranking de desigualdade salarial elaborado pelo IBGE.

São necessárias políticas públicas para aumentar a inserção da mulher no mercado de trabalho e lutar pela equidade salarial, pois 35% das famílias brasileiras têm uma mulher como responsável pelo domicílio, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) do IBGE. Precisamos garantir a manutenção do emprego das mulheres após o período de licença maternidade já que a realidade, de acordo com pesquisa realizada pela FGV (2016), é que a probabilidade de emprego das mulheres no mercado de trabalho formal aumenta gradualmente até o momento da licença e decai depois. Cerca de 50% são demitidas após dois anos do retorno. Atualmente, a mulher tem garantida a estabilidade no emprego por 30 dias após encerrado o período de licença-maternidade. Esses dados mostram também que a ampliação da licença maternidade para 6 meses garantiria a permanência da mulher no mercado de trabalho por mais tempo.

Além das dificuldades enfrentadas no mercado formal de trabalho, as mulheres também sofrem com a distribuição desigual do trabalho doméstico não remunerado. Compreendido como trabalho reprodutivo, é quase sempre invisibilizado e desvalorizado, compondo as duplas (triplas, quádruplas) jornadas de trabalho das mulheres. Segundo dados de 2020 do IBGE, por semana, as mulheres dedicam, 10,4 horas a mais que os homens aos afazeres domésticos ou cuidado de pessoas. Ainda segundo o IBGE, mais de 11 milhões de brasileiras não têm participação paterna na criação dos seus filhos. Esse acúmulo de responsabilidades gera sobrecarga física e mental para as mulheres.

O cuidado precisa ser cada vez mais socializado, e o Estado pode cumprir um papel essencial nesse processo. Se fazem fundamentais as campanhas de conscientização do valor do trabalho doméstico e da importância de atingir a equidade de gênero também nos afazeres dentro de casa. Além disso, o poder público pode contribuir através da disponibilização de

creches, escolas de qualidade ou até mesmo com maiores investimentos no sistema de saúde.

Falando em saúde, é importante destacar a profunda necessidade de avançar em políticas públicas que garantam a saúde reprodutiva das mulheres. Ser mãe deve ser um direito garantido pelo Estado, com acesso a acompanhamento médico antes, durante e após o parto, com atendimento digno e humanizado. Defendemos que todas as mulheres possam escolher ser mães, e por isso também lutamos pela legalização da interrupção voluntária da gravidez. De acordo com o Ministério da Saúde, a cada dois dias, uma mulher morre em decorrência de um aborto inseguro. Defender o direito ao aborto é defender o direito à vida.

Em relação a violências sofridas por mulheres, entendidas não só como violência física, o Paraná tem um cenário preocupante, e que se agravou durante a pandemia da COVID-19, especialmente no contexto de violência doméstica. Durante o período de isolamento social, muitas mulheres se viram presas em casa com seus agressores, além do obstáculo que o isolamento gerou para a procura de ajuda.

Segundo dados da Polícia Civil do Paraná, no nosso estado, mais de 95% das agressões contra mulheres são de autoria de pessoas identificadas pelo sexo masculino; 86% dos feminicídios nos últimos 3 anos (2019-2021) foram cometidos por (ex) parceiros ou outro familiar, sendo que 72% dos crimes cometidos contra mulheres acontecem por pessoas com relação íntima de afeto (atual ou anterior). 81% dos crimes cometidos contra mulheres ocorrem dentro de casa. De todas as ocorrências registradas nos últimos 3 anos por mulheres, mais de 83 mil delas foram por lesão corporal. Dos 399 municípios no Paraná, apenas 21 têm delegacias da mulher e nem todas têm atendimento 24 horas.

Importante dizer que a violência de gênero não está ligada exclusivamente à falta de instrução. A grande maioria dos crimes cometidos contra mulheres são realizados por pessoas com algum grau de escolaridade. Por isso, para erradicar o feminicídio não basta apenas maior acesso à educação, é preciso combater a raiz do problema: o machismo estrutural e o patriarcado.

Todas as problemáticas e dados acima citados demonstram que as mulheres são um setor social extremamente vulnerável. Seja no mundo do trabalho, dentro de casa ou até nos serviços públicos, as mulheres sofrem cotidianamente violências que precisam ser combatidas.

Juventudes

O governo deve estar alerta para segmentos populacionais que necessitam de atenção especial, como é o caso da juventude. A crise econômica brasileira foi especialmente cruel com os jovens. Dados da PNAD (IBGE) apontam que no Paraná, o percentual de jovens entre 15 e 29 anos desempregados era de 7,5% em 2016 1 a cada 5 jovens. Proporcionalmente, o desemprego aumentou mais nessa faixa etária que entre 30 e 59 anos. Além das condições

precárias de acesso ao trabalho, a violência e a pobreza são alguns exemplos de políticas neoliberais nas juventudes. A formulação de políticas públicas deve levar essa questão em consideração e criar meios de enfrentar o tema da exclusão dos jovens, em especial dos jovens negros e de periferia.

PROPOSTAS PARA TODAS AS GENTES DO PARANÁ

1. Garantir o acesso da juventude à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e a todos os espaços através de um Plano Estadual para a Juventude.
2. Estabelecer meia entrada ampla e irrestrita para os jovens em atividades culturais como cinema, teatro, dança, shows e jogos, garantindo o resguardo às atividades que já tenham ingresso popular.
3. Estabelecer incentivos à contratação de jovens, sem diminuição de direitos trabalhistas, diminuindo o desemprego nessa camada populacional, através de uma Política Estadual de Trabalho para a Juventude, orientada pelas indicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
4. Fomentar a cultura jovem como forma de expressão, de organização e de resistência, estabelecendo incentivos às práticas como o hip hop, o slam e o grafite, entre outras.
5. Defender uma nova política de drogas, colocando o tema no campo da saúde pública.
6. Estabelecer diálogo permanente com as entidades estudantis e demais organizações da juventude (coletivos e movimento).
7. Garantir que equipamentos, espaços e serviços esportivos e de lazer, públicos ou privados, sejam totalmente acessíveis às pessoas com deficiência, em termos arquitetônicos, tecnológicos, de comunicação e atitudinais.
8. Realizar conferências estaduais LGBTQI+ para desenvolver planos e propostas a serem incorporadas pelo Estado visando o debate entre a juventude.
9. Implementar ações de conscientização contra o racismo.
10. Ampliar o acesso à saúde da população negra.
11. Estabelecer regramentos que obriguem as empresas a contratar mais pessoas negras em seu corpo de funcionários, na mesma proporção de sua presença na população.
12. Lutar para que todas as negras e negros, sejam crianças, adultos ou idosos, possam ter uma vida digna, livre da violência.
13. Aumentar a fiscalização sobre a identificação e punição de crimes de homofobia no estado do Paraná.
14. Tornar obrigatório para servidores estaduais o treinamento e curso para promover um melhor tratamento à população LGBTQIAPN+.

15. Em conjunto com as prefeituras, ampliar políticas públicas que defendam os direitos da população LGBTQIAPN+ e também criar todas as que forem necessárias para garantir uma vida digna a todas as pessoas.
16. Levantar dados acerca de Legislação e políticas públicas já existentes no Paraná sobre acessibilidade a todos, todas e todes.
17. Organizar, em conjunto com as prefeituras, ações de acessibilidade.
18. Garantir uma legislação robusta que trate de todas as necessidades dessa população.
19. Incentivar a contratação de pessoas com deficiência no Paraná, bem como a escolarização adequada e necessária a cada um.
20. Incentivar e fazer levantamentos sobre acessibilidade de todos os tipos: para pessoas com deficiência, idosos, pessoas gordas e pessoas com nanismo.
21. Ampliar a vigilância de casos de maus tratos e violência contra idosos, bem como casos de abandono familiar, para garantir uma vida digna a essa faixa etária.
22. Otimizar a acessibilidade relacionada tipicamente ao envelhecimento, como a perda auditiva, dificuldade de locomoção e outros.
23. Garantir o funcionamento em tempo integral de todas as Delegacias da Mulher, lutando pela inclusão do atendimento de mulheres transexuais e travestis.
24. Ampliar as Delegacias da Mulher em cidades litorâneas e do interior do Paraná.
25. Garantir o atendimento nas Delegacias da Mulher preferencialmente por mulheres e com formação especializada para esse tipo de atendimento.
26. Criar lavanderias populares, com o objetivo de criar emprego, bem como garantir que mulheres e famílias possam se emancipar deste afazer doméstico.
27. Combater de forma ostensiva as ocorrências de assédio contra mulheres nos meios de transporte e espaços públicos com campanhas permanentes.
28. Garantir a transparência dos dados e das notificações de violência contra a mulher no site do Governo do Estado, com indicação por Município ou microrregião.
29. Fomentar campanhas educativas e de incentivo à denúncia de violência doméstica e também de abuso sexual infantil.
30. Promover campanhas educativas sobre o tema feminicídio, especialmente voltado para o conhecimento e para a possibilidade de penalização do agressor — forma de obstaculizar ações, por meio do conhecimento.
31. Incentivar e fomentar a aplicação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio para a proteção de mulheres transexuais e travestis, centralmente as negras, independentemente dos registros civis e da realização de procedimentos médicos de feminilização.
32. Garantir acesso e atendimento respeitoso a quem busca a realização de aborto legal. Ampliação das unidades capacitadas para a realização do procedimento.

33. Promover assistência respeitosa para mulheres, LGBTI+, crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de violência nos serviços de saúde; com escuta qualificada, notificação compulsória, encaminhamento adequado e garantia de sigilo e privacidade às vítimas.

VIII. O CAMPO

O latifúndio é um dos grandes alicerces da desigualdade e do desenvolvimento do Capital no Brasil, sendo que a lógica latifundiária não é simplesmente rural - o alicerce do latifúndio é a propriedade privada. Pela democratização do acesso à terra somos por uma reforma agrária profunda e radical. Somos ecossocialistas e defendemos que o modo de produção de alimentos não deve ser o de latifúndios de monocultura, que prejudica a nutrição do solo, favorecendo o uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos.

Apesar da Constituição de 1988 garantir o direito à moradia e terra, um outro inciso dessa mesma Constituição, que é o direito à propriedade privada, efetivamente impede esses primeiros direitos de serem cumpridos, especialmente porque o Estado e suas ferramentas, como a força policial - orientada a preocupar-se mais com a defesa da propriedade do que das pessoas - coloca o direito à propriedade privada acima dos demais. Esse é um fator impeditivo, pois o Brasil que conhecemos hoje foi criado em cima de títulos artificiais de propriedade privada da terra, na base da espoliação direta, de rentismo, e exploração da natureza como *commodities*, e que até hoje sustenta processos de enriquecimento capitalista. Nossa sociedade desigual se baseia na força da propriedade privada acumulada, grilada e herdada.

Contudo, o inciso que garante a propriedade privada é seguido por um outro: o que discorre sobre a Função Social da Propriedade, que traz um parâmetro legal para as lutas. É por esta base que se faz ocupação de terras, lotes ou propriedades que não cumprem com esta função. A direita chama este processo de “invasão”, mas na verdade se trata de fazer cumprir o que o Estado em sua formação capitalista não faz cumprir. Quando há ocupação, os movimentos procuram por propriedades que não estão cumprindo com sua função social.

Somos oposição ao Agronegócio, mas somos aliados das comunidades camponesas e pequenas propriedades familiares que produzem seu próprio sustento e o alimento que consumimos diariamente. A indústria do agronegócio deve ser desmontada pois, além de controlar a produção, controla como nos orientamos em relação ao que comemos, muitas vezes mentindo sobre o impacto disso: de acordo com a FAO/ONU (<https://www.fao.org>), os sistemas alimentares mundiais são responsáveis por mais de um terço das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa, de acordo com um novo estudo pioneiro publicado na Nature Food. Abrangendo desde mudanças no uso da terra e produção agrícola até embalagem e gestão de resíduos, as emissões do sistema alimentar foram estimadas em 18 bilhões de toneladas de dióxido de carbono em 2015. Isso representa 34% do total. O setor pecuário emite 14,5% dos gases de efeito estufa que estão causando o aquecimento global - isso é mais que todo o setor de transportes - e segundo o SEEG/Observatório do Clima

(<http://seeg.eco.br>), a produção pecuária é campeã na produção de gás metano, constituindo 39% do total.

Defendemos a agroecologia – estudo e a prática da agricultura de uma perspectiva ecológica, que temos ecossistemas agrícolas como unidades básicas de análise. Assim, os processos agrícolas são abordados de maneira ampla, não só visando maximizar a produção, mas também aperfeiçoar o agroecossistema total — incluindo seus componentes socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos.

Atualmente, o termo agroecologia pode ser entendido como uma disciplina científica, como uma prática agrícola ou como um movimento social e político. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, mas é uma ciência integradora que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesa.

Portanto, a base de conhecimento da agroecologia se constitui mediante a sistematização e consolidação de saberes e práticas, convertendo os conhecimentos empíricos tradicionais em conhecimentos com bases e metodologias científicas, visando a sociodiversidade e a agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa.

Diagnóstico geral da agropecuária

No estado do Paraná, cerca de 15% do PIB provém da agricultura. De acordo com o Boletim Informativo SFA-PR N°11 (março, 2022) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Paraná, as exportações do agronegócio atingiram valores recordes, sendo que o crescimento substantivo se deu em função do aumento médio do preço dos produtos.

O imenso problema com estas cifras é que mesmo correspondendo a apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais, as grandes propriedades concentram 45% de toda área rural do país. Já as propriedades com menos de 10 hectares, que são 47% do total, ocupam menos de 2,3% da área total. Todo este montante de bilhões está conglomerado em apenas pouquíssimos grupos, concentrando a renda e aumentando a desigualdade social.

Os processos de migração do campo para os centros urbanos - o êxodo rural - são reflexo da dificuldade dos trabalhadores e pequenos proprietários do campo em permanecer em suas terras, devido à modernização agrícola, concentração fundiária e busca por melhores condições de vida.

De acordo com Margit Hauer em “Os assentamentos de Reforma Agrária no Paraná e o Licenciamento Ambiental”, percebeu-se que as experiências praticadas pelos órgãos responsáveis pela execução da Reforma Agrária (INCRA) e pela gestão ambiental (IAT –

Instituto de Água e Terra) não foram capazes de evitar erros e pôr em xeque certos posicionamentos que, em princípio, poderiam parecer perfeitos (na defesa de um ou de outro órgão). Contudo, essas experiências permitiram agregar saberes e reflexões, bem como identificar muitas das dificuldades.

Verifica-se um processo de integração interinstitucional que tem possibilitado avanços, ainda que pequenos em comparação às necessidades que a realidade de cada projeto de assentamento demanda. No entanto, percebe-se que, ao contrário do que ocorria até 2003, os envolvidos (órgãos ambientais, Incra e assentados) reconhecem a necessidade de estabelecimento de um trabalho cooperativo e contínuo como único caminho para a consolidação de projetos socioambientalmente sustentáveis. Diante da inexigibilidade de licenciamento ambiental para os demais empreendimentos relacionados a cultivos agrícolas em grandes propriedades, tais como monocultivos de soja, cana e pínus, acredita-se na Reforma Agrária como o instrumento mais prático, em curto prazo, de reversão de um passivo ambiental e de conservação de ecossistemas.

Governar o campo para os de baixo

Nosso governo será parceiro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu oficialmente em 1984, no Paraná. Este movimento é hoje o maior produtor de arroz orgânico nas variedades agulhinha e cateto da América Latina, colhendo mais de 15 mil toneladas do grão em 2018. Também seremos parceiros da FNL (Frente Nacional de Luta Campo e Cidade), uma organização social fundada em 2014 que tem em seus princípios a defesa do meio ambiente e do nosso planeta Terra. Lutando por terra, trabalho, moradia e educação, o FNL marcha pela transformação social.

Incentivaremos, em nosso governo, o contato com a terra em ambientes urbanos protege a biodiversidade, reaproveita os resíduos, reforça o espírito coletivo das pessoas e ainda torna os espaços públicos mais atrativos. A agricultura urbana é uma ação extremamente benéfica para a saúde das cidades, incentivando a autonomia da população e o cultivo de alimentos sem agrotóxicos nos vazios urbanos.

Nosso estado é uma grande potência do agronegócio, mas também concentra o maior número de agricultores orgânicos certificados do país. O Paraná deve assumir sua posição de vanguarda ambiental com uma produção agrícola sustentável, saudável e livre de veneno.

No campo é preciso ainda incentivar a meliponicultura, que é a criação racional de abelhas sem ferrão (meliponíneos), praticada há muito tempo pelos povos nativos da América Latina. Os objetivos da meliponicultura estão na produção e comercialização de colmeias (ou parte delas), mel, pólen, resinas, própolis e outros substratos como atrativos e ninho-iscas, além das abelhas serem os principais agentes da polinização e a conservação da biodiversidade. As abelhas sem ferrão são responsáveis por 90% da polinização da mata

nativa dos principais biomas brasileiros. A meliponicultura apresenta importância econômica, ambiental e social dentro de diversos nichos e regiões onde ocorrem as abelhas, pois não necessitam de cuidados intensivos e nem investimento elevado na construção de um meliponário. Além disso, podem ser criadas em áreas residenciais, já que as espécies não apresentam riscos de acidentes.

Para a melhor convivência com um meio ambiente saudável incentivaremos a Agrofloresta ou Sistema Agroflorestal é um sistema que reúne as culturas de importância agrônômica em consórcio com as plantas que integram a floresta. Um sistema agroflorestal é um sistema de plantio de alimentos que é sustentável e ainda faz a recuperação vegetal e do solo.

Preservaremos o sistema faxinal, que é um sistema camponês tradicional de produção animal e agrícola encontrado no sul do Brasil e especialmente no estado do Paraná. Um faxinal é caracterizado pelo uso comum da terra para produção animal coletiva através de criadouros comunitários, produção agrícola para consumo e comercialização e de extrativismo florestal de baixo impacto. Estima-se que as comunidades de faxinais remontam há dois a três séculos. No último levantamento feito em 2018 foi registrada a existência de 227 faxinais no Paraná, mas apenas 30 fazem parte de articulações, dada a falta de recursos para conectar comunidades tão distantes geograficamente.

Os agricultores familiares têm importância tanto para o abastecimento do mercado interno quanto para o controle da inflação dos alimentos do Brasil, produzindo cerca de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

A compra da agricultura familiar para a alimentação escolar traz variadas potencialidades para o desenvolvimento local sustentável, para a valorização de uma alimentação saudável e que respeite a cultura alimentar local, e para a reconexão entre produtores e consumidores. Essa é a agricultura que queremos no Paraná, de produção de comida saudável para o nosso estado e o Brasil.

Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo; doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses. O associativismo cooperativista tem por fundamento o progresso social da cooperação e do auxílio mútuo segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

É preciso combater ainda a formação dos desertos verdes no campo paranaense, que são as grandes áreas cobertas por um tipo de vegetação que foi introduzido de maneira artificial pelo ser humano, seja por meio de reflorestamento com espécies consideradas não nativas ou mesmo por meio de plantações em larga escala para a produção de celulose,

devido aos efeitos que esta monocultura causa ao meio ambiente. As árvores mais utilizadas para este cultivo são sobretudo o eucalipto, pinus e acácia.

Por uma agricultura produtiva e sustentável

A área sob agricultura produtiva e sustentável capta as três dimensões da produção sustentável: ambiental, econômica e social. Terras sob agricultura produtiva e sustentável serão aquelas áreas agrícolas associadas que satisfaçam os critérios de sustentabilidade dos subindicadores selecionados em todas as três dimensões.

A conservação de recursos genéticos vegetais e animais para alimentação, agricultura e pecuária em instalações de conservação de médio ou longo prazo (em bancos de genes) representa o meio mais confiável de conservação de recursos genéticos em todo o mundo - envolver universidades e Institutos de Pesquisa (p. ex. IAPAR).

A melhoria do acesso a novas tecnologias agrícolas, serviços de crédito e recursos de informação para os agricultores aumenta a produtividade e os rendimentos agrícolas, contribuindo para o crescimento econômico inclusivo e a redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais economicamente mais vulneráveis. O investimento público na agricultura desempenha um papel crítico no fornecimento desses insumos aos trabalhadores agrícolas.

Para fazer com que a produção agropecuária seja socialmente justa e ambientalmente correta, é preciso que o produtor adote em suas rotinas produtivas conhecimentos, práticas e tecnologias que visem uma propriedade mais sustentável. O manejo hídrico é um dos gargalos.

PROPOSTAS PARA O CAMPO NO PARANÁ

1. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.
2. Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, em particular mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, por meio de acesso seguro e igualitário à terra, outros recursos e insumos produtivos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e emprego não agrícola.
3. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, condições climáticas extremas, secas, inundações e outros desastres e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
4. Incentivo à agricultura orgânica.

5. Manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas e animais cultivados e domesticados e suas espécies selvagens relacionadas, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas bem administrados e diversificados, e promover o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.
6. Aumentar o investimento em infraestrutura rural, pesquisa agrícola e serviços de extensão, desenvolvimento de tecnologia e bancos de genes de plantas e animais para aumentar a capacidade produtiva agrícola.
7. Defendemos amplamente os direitos das comunidades tradicionais, o acesso a seus territórios originais, a preservação de sua cultura e políticas públicas que fomentem a geração de renda.
8. Implementação de programas de agricultura urbana, benéfica para a saúde das cidades, incentivando a autonomia da população e o cultivo de alimentos sem agrotóxicos nos vazios urbanos.
9. O Paraná deve assumir sua posição de vanguarda ambiental com uma produção agrícola sustentável, saudável e livre de veneno.
10. Incentivo à meliponicultura.
11. Combate aos desertos verdes.
12. Incentivo ao cooperativismo no campo.
13. Incentivo à Reforma Agrária e apoio aos assentados.

IX. MEIO AMBIENTE

Nos dias de hoje existe uma tendência a enxergar a Natureza com viés utilitarista, priorizando valores econômicos. Conforme a declaração da constituição brasileira ao direito ao meio ambiente, “todos” na lei referem-se apenas aos direitos dos seres humanos. Entretanto, entendemos que a manutenção do meio ambiente é necessária para além da manutenção da sobrevivência humana, e a sua existência não pode estar sempre atrelada à alguma utilidade humana.

Apesar da luta da esquerda tradicionalmente considerar a conservação do meio ambiente, constantemente normaliza sua exploração como sinônimo de inovação ou avanços tecnológicos, como instrumento de reduzir a pobreza, e assim, acabam reafirmando a lógica de sua superexploração.

Os Direitos da Natureza devem representar uma ética biocêntrica, considerando os direitos dos animais e abandonando a visão da natureza como um “meio” em função estritamente humana. A linha de horizonte a ser mirada é ecossocialista, compreendendo o meio ambiente não como um “meio” submetido às demandas humanas ou como um capital natural, com valores econômicos possíveis de serem negociados, comercializados e/ou recompensados. A conservação da natureza é necessária para além dessa lógica, pois disso depende a preservação do equilíbrio planetário.

No Paraná que queremos construir, o meio ambiente será pautado em todas as atividades e em todas as tomadas de decisões, desde a agricultura, as indústrias, na hora de construir uma casa, de produzir um carro ou de produzir calça jeans. Em cada uma das ações humanas, a natureza terá seus direitos assegurados. Enquanto construímos essa base ecossocialista, em que os direitos da natureza sejam transversais, precisaremos ainda desse trabalho específico em forma de programa para o meio ambiente, com o objetivo principalmente de recuperar o que já foi devastado, poluído e desequilibrado nos últimos anos. Entendemos, portanto, que a necessidade de um programa específico para o meio ambiente deve chegar ao fim assim que atingirmos o equilíbrio ambiental, em que regularmos os nossos usos humanos dos recursos naturais com a disponibilidade decorrente dos ciclos naturais: os ciclos hidrológicos, ciclos de carbono, os ciclos de nutrientes e com todos os ciclos ecológicos.

Greenwashing na Política Ambiental do Paraná

A estrutura institucional do meio ambiente do Paraná sofreu enfraquecimento desde o início do Governo Ratinho Jr. No bojo das reformas administrativas de 2019 a então Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) passou a se chamar Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), sinalizando um direcionamento claro do enfoque em tratar os recursos naturais como meras ferramentas para

promover o desenvolvimento econômico. É importante lembrar que nem todo recurso natural apresenta valor econômico ou utilidade humana e que mesmo assim, exerce uma função ecossistêmica relevante para o equilíbrio planetário.

A pauta de Sustentabilidade tem sido usada fortemente como propaganda do atual Governo. O Plano Plurianual 2020-2023 (PPA 2020-2023) que possui um total 16 Programas, dos quais 6 incidem diretamente sobre a área de meio ambiente:

- Programa 01 - Desenvolvimento Sustentável das Cidades (Órgão responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDU)
- Programa 02 - Paraná do Futuro: Sustentabilidade e Turismo (Órgão responsável: SEDEST)
- Programa 04 - Desenvolvimento Rural e Abastecimento com Sustentabilidade (Órgão responsável: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB)
- Programa 07 - Energia COPEL (Órgão responsável: Casa Civil)
- Programa 12 - Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (Órgão responsável: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDU)
- Programa 14 - Programa: Universalização do Saneamento Básico (Órgão responsável: Casa Civil)

De um modo geral, esses programas buscam apenas promover a economia às custas do meio ambiente, sem visar uma real preservação e melhoria da qualidade de vida e da disponibilidade de recursos naturais para os paranaenses.

O Programa de Desenvolvimento Rural e Abastecimento com Sustentabilidade é um exemplo. O direcionamento dos seus recursos financeiros desse programa, que promove a agricultura baseada em monocultura, é extremamente superior aos investimentos necessários para uma transição agroecológica, nos levando a questionar o significado da palavra “Sustentabilidade” neste esse Governo, já que o não há incentivo para promoção de uma agricultura efetivamente sustentável para o estado do Paraná.

O uso das multas ambientais, que têm por finalidade a restauração do meio ambiente, também vem sendo negligenciadas e o meio ambiente do estado do Paraná vêm sendo “roubado”. Durante o Governo do Ratinho Jr, o meio ambiente deveria ter recebido a quantia de R\$ 1,39 bilhão como compensação paga pela Petrobras pelo derramamento de quase 4 milhões de litros de petróleo nos rios Iguaçu (que deságua nas cataratas) e Barigui. Entretanto, o Governador direcionou esse dinheiro para o asfaltamento de estradas de acesso para o agronegócio.

Além de não investir na restauração ambiental houve também um aumento da devastação do meio ambiente durante o Governo Ratinho Jr: entre 2020 e 2021, foram 3.299 ha desmatados, levando o Paraná a figurar como o terceiro estado com maior taxa de destruição da Mata Atlântica. _Nossas 98 Unidades de Conservação (10 APAs, 3 ARIEs, 28 ARESURs, 5 Estações Ecológicas, 4 Florestas Estaduais, 3 Horto Florestas, 36 Parques Estaduais, 5 Reservas Florestais, Parque Florestal Córrego Maria Flora, Refúgio da Vida Silvestre do Pinhão e a AEIT do Marumbi), que carecem de investimentos e de servidores.

O que está ruim pode ficar ainda pior para nosso meio ambiente. O Governo Ratinho Jr está promovendo o desmatamento das nossas florestas de Araucárias e quer passar por cima das Unidades de Conservação. Um antigo projeto de ampliação do traçado da atual Ferroeste S/A, entre Cascavel e Guarapuava, veementemente rejeitado por pesquisadores devido aos altos impactos ambientais nas florestas e na fauna da Mata Atlântica, foi resgatado e está sendo promovido por este governo. O novo traçado proposto, passando por áreas inexploradas da Serra do Mar trará degradação a este bioma que hoje está relativamente preservado.

A infraestrutura natural - florestas também são fundamentais para a preservação da qualidade e da quantidade de água, cujo abastecimento está comprometido. Vivemos na iminência de novas crises hídricas, afligindo não só a sociedade civil, mas também colocando em risco as indústrias e a agricultura, e deste modo, nossa segurança alimentar e econômica.

Nossos rios apresentam altos níveis de poluição. Apesar de a Sanepar (Companhia de Saneamento do Estado do Paraná) exibir alto percentual de cobertura de atendimento de saneamento básico, as análises de qualidade de água realizadas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) têm indicado altas concentrações de poluição devido a entrada de esgotos nos rios. Deste modo, tudo indica uma incoerência no discurso da Sanepar sobre o real percentual de atendimento do saneamento básico no estado. A água que está chegando nas nossas casas (quando chega) também está poluída. Agrotóxicos com potencial crônico de desenvolvimento de doenças como câncer estão sendo encontrados na torneira dos paranaenses, sendo os principais poluidores dos nossos rios, provenientes sobretudo da agricultura de monocultura.

A última agressão do governo Ratinho Jr. ao meio ambiente é o equivocado projeto de engorda da praia de Matinhos. Sem previsão de manutenção, todo o trabalho realizado se perderá em pouco tempo. Mas antes disso promoverá sérios impactos na fauna e flora costeira, isso sim, de maneira irreversível. Diversas alternativas técnicas existem, que não comprometam o meio ambiente, mas a opção do governo ratinho foi por este projeto superfaturado, eleitoreiro e que causará sérios malefícios ao litoral do Paraná.

O atual cenário do meio ambiente no estado Paraná é, portanto, estarrecedor. Atualmente estão sendo usados termos como Sustentabilidade consolidando uma política de

greenwashing, prática que consiste em transmitir uma imagem de preocupação com o meio ambiente que mascara a atuação em sentido oposto. Os programas implementados pelo Governo Ratinho Jr têm, na verdade, fomentado a destruição da Mata Atlântica, promovido o aumento da emissão de gases de efeito estufa, o aumento da poluição dos rios, a piora da qualidade do ar, a insegurança alimentar e a insegurança hídrica.

PROPOSTAS PARA O MEIO AMBIENTE

1. Estabelecer um Plano Estadual de Preservação do Meio Ambiente
2. Criar o Programa Estadual de Investimentos na Reciclagem Popular.
3. Criação de programa fixo de educação ambiental com foco em hábitos de consumo alimentar e material e seus impactos ao meio ambiente
4. Amplo programa de transição agrícola, contando com educação agroecológica e incentivos fiscais. Estímulo à redução do uso de agrotóxicos por meio de uma transição da agricultura de monocultura para agricultura orgânica e agroecológica, usando técnicas de Agroecologia e Agroflorestas.
5. Autorizar e priorizar projetos que utilizem energias renováveis, não liberem gases e resíduos poluentes que contribuem para as mudanças climáticas
6. Incentivar a redução do consumo e a eficiência energética em todos os setores, para diminuir a pressão por recursos naturais e não propor gatilhos que aumentem a tarifa de água em caso de redução de consumo.
7. Estabelecer a meta: ZERO DESMATAMENTO.
8. Promover a regularização fundiária de todas as comunidades tradicionais e acampamentos.
9. Investir, por um lado, na recuperação das matas ciliares para prevenir o assoreamento dos rios e, por outro, no desassoreamento de rios e represas para aumentar o volume de reserva.
10. Valorizar e investir na gestão de Unidades de Conservação (UC) e promover a criação de novas UCs.
11. Rever o projeto da Nova Ferroeste, priorizando a mitigação dos impactos ambientais.
12. Assegurar a manutenção da rede de água para diminuição das perdas e a coleta e tratamento de esgoto para melhorar a qualidade dos corpos hídricos.
13. Priorizar e promover projetos de produção industrial que atendam os princípios de Economia Circular e Bioeconomia. Promover a plena implementação do fundamento de logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos desde 2010, buscando a meta do lixo zero.

14. Fomentar a transformação industrial do estado do Paraná com enfoque em Bioeconomia.
15. Corrigir os danos ambientais causados pela engorda da praia de Matinhos.

X. AS CIDADES

O quadro atual do desenvolvimento urbano no Estado do Paraná aponta para três grandes crises: a) crise de planejamento; b) crise de estrutura urbana e infraestrutura; e c) crise de injustiça socioambiental. A razão essencial que dá causa à emergência dessas três crises é a política urbana vigente há muitas décadas, pautada exclusivamente na realização de obras pontuais, mas de grande visibilidade, nas cidades, financiadas com recursos estaduais e que irrigam empreiteiras privadas.

Se esse quadro é muito evidente a partir dos anos do Governo Beto Richa, não se deve ter ilusão de que a situação fosse diferente nos anos anteriores, dos governos Requião e Jaime Lerner. Desde a década de 1980, quando a hegemonia neoliberal impôs a redução substancial de investimentos públicos em intervenções planejadas, estruturantes e de desenvolvimento, os governos alternam períodos em que são promovidas fracas ações de planejamento, com períodos em que o Estado não realiza providência alguma nessa matéria, priorizando, em todos os casos, a realização de obras simbólicas, que se destinem a solucionar algum nó pontual.

O exemplo desse tipo de intervenção são os viadutos, contornos viários, trincheiras, etc. A ideologia da política urbana pautada em obras dessa natureza é muito disseminada, sendo frequente que disputas em campanhas para prefeituras rivalizem entre distintas obras que os candidatos prometem para o futuro da cidade. Este “*obrismo*” esvazia o conteúdo mais profundo das políticas urbanas, deixando de lado os temas do desenvolvimento econômico nas cidades e regiões, a redução das desigualdades sociais, a maior integração dos espaços urbanos, a diminuição de distâncias, o desenvolvimento da mobilidade sustentável, o combate à especulação imobiliária, a redistribuição dos ganhos produzidos pela coletividade urbana, o equilíbrio ambiental dos espaços urbanos e a sua integração regional e com os espaços rurais, dentre inúmeras outras questões que hoje afligem as cidades.

Não se nega o impacto e, muitas vezes, a urgência das demandas por obras viárias - tanto é que, com frequência, esse tipo de intervenção rende aprovação pela opinião pública e estrutura campanhas eleitorais vitoriosas. O que se deve ver através dessa realidade é: a) a ilusão de que intervenções viárias pontuais realmente solucionem problemas estruturais da cidade; b) a ilusão da população de que uma grande obra traz consigo pequenas obras que beneficiarão comunidades e bairros; e c) intervenções dessa natureza não passam de migalhas, diante da capacidade econômica do Estado e alimentam circuitos de corrupção com empreiteiras sendo, portanto, mais caras do que deveriam ser, e menos efetivas do que se espera.

Intervenções viárias não deveriam ser consideradas grandes realizações, mas sim parte da gestão cotidiana da cidade. A transformação de grandes obras em feitos mais relevantes do que isso alimenta a postura dos governantes, que tornam essas obras

intermináveis e simulam grandes dificuldades na sua execução, tudo a fim de aumentar a drenagem de recursos públicos para empreiteiras e ampliar as possibilidades de exploração eleitoral de feitos parciais na sua execução.

No mais, a cidade segue sendo vista como um grande “negócio”, seja por conta das diversas formas que a burguesia vê de transformar as relações urbanas em mercadoria (como nos serviços de coleta de lixo, saneamento básico, transporte público, obras viárias, redes de todo tipo, espaços públicos, etc.), seja porque, na perspectiva do capital, as relações urbanas devem funcionar para que a cidade possa produzir acumulação de capital, mas não é relevante que a cidade seja confortável, ecológica e socialmente justa para seus moradores, desde que seja capaz de bem irrigar a circulação do capital.

A cidade que queremos

Um programa socialista deve se pautar em princípios que sejam contramolas aos interesses da burguesa, ou seja, à visão da cidade como negócio. É nosso papel lembrar e convocar a população a defender a sua cidade, para que a classe trabalhadora possa ter no ambiente urbano as medidas que garantam o seu bem-estar. Uma palavra de ordem que historicamente pertence aos socialistas é a defesa do direito à cidade.

Nossa perspectiva propõe enfrentar as crises urgentes das cidades, para defender o planejamento urbano, a estrutura e infraestrutura urbanas, e a justiça socioambiental.

O planejamento urbano é o instrumento que permite organizar dois vetores da cidade: i) a economia imobiliária; e ii) os investimentos públicos. Sem planejamento urbano, a cidade gastará mais dinheiro realizando intervenções desconexas e que produzirão menos resultados favoráveis para a cidade. Sem planejamento urbano, a cidade não controlará a especulação imobiliária e ficará refém das injustiças produzidas pelo livre mercado associado às oligarquias locais. O Governo do Estado não pode destinar recursos para cidades que sejam território livre para a especulação imobiliária e que não tenham o planejamento mínimo sobre o impacto integrado e favorável para as suas intervenções urbanas.

A estrutura e a infraestrutura urbanas são as características que tornam as cidades ambientes dignos para viver. Calçadas, sistemas de saneamento básico, acesso aos serviços urbanos, entre outros formam a chamada estrutura e infraestrutura urbanas. Os bairros mais pobres sofrem com a falta de acesso aos serviços básicos e o Governo do Estado tem condições de apoiar os municípios na realização de intervenções com foco nos bairros mais vulneráveis.

A justiça socioambiental é um objetivo que deve ser buscado nas cidades, para que os recursos produzidos de forma coletiva sejam redistribuídos para a comunidade. Não faz sentido que as cidades sejam a sede e o cenário de grandes empresas e indústrias multinacionais e que, no mesmo local, a classe trabalhadora viva em residências precárias ou

em bairros repletos de poluição, contaminação ambiental e sem a estrutura e a infraestrutura básicas. Por isso, a política de produção de moradias e de regularização fundiária deve ser uma prioridade, para assegurar que toda a população tenha acesso às condições dignas de vida.

O Estado do Paraná atua na política urbana por meio das iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU), no âmbito das quais se inserem o Paranacidade e a COHAPAR, responsáveis por políticas setoriais.

PROPOSTAS PARA AS CIDADES

16. O Paranacidade apoiará os municípios na elaboração de planos diretores com ênfase no combate à especulação imobiliária e na estruturação urbana das cidades. Hoje o órgão apoia a elaboração de planos diretores, mas com exigências exclusivamente proforma, sem exigir medidas concretas contra a especulação imobiliária e medidas para a estruturação urbana. O resultado segue sendo a elaboração de planos que apenas conservam a desigualdade socioespacial nas cidades.
17. Por meio da COHAPAR, apoiar os municípios na elaboração de planos de habitação e regularização fundiária.
18. Promover obras de pequena escala, com foco na estruturação de bairros e na infraestrutura básica. O Governo não priorizará mais “grandes obras simbólicas”, mas pequenas obras em grande quantidade, articulando, em conjunto com as iniciativas da secretaria de trabalho e emprego, prestadores de serviço da construção civil organizados em cooperativas, com prioridade para a mão de obra local. Vamos fazer o confronto da calçada contra o viaduto.
19. Promover a construção de casas e a regularização fundiária em todo o estado, sob a mesma perspectiva: pequenas obras em grandes quantidades, com ênfase na mão de obra local.
20. Destinar recursos públicos exclusivamente a cidades que possuam planos diretores com diretrizes contra a especulação imobiliária e com planos de obras de estruturação urbana para os bairros.
21. Realizar estudos e modelos de prestação de serviços destinados a oferecer aos municípios instrumentos para a adequada contratação de serviços de coleta de lixo, transporte público, saneamento básico e outras redes de serviços urbanos, com ênfase na qualidade dos serviços para a população e na redução das tarifas, de modo a combater práticas de corrupção na contratação desses serviços, e somente destinar recursos a municípios que possuam planos e instrumentos orientados pelo Governo do Estado para essas finalidades.

XI. MOBILIDADE

Junho de 2013 marcou o país. Milhões de pessoas foram às ruas lutar pela redução das tarifas de ônibus em várias cidades. Aquele momento mostrou a situação caótica em que se encontra a mobilidade nos grandes centros brasileiros: ela funciona como um negócio para poucos, e não um direito. Além disso, o fato de tantas capitais terem lutas simultâneas em uma pauta municipal demonstrou que o problema não é pontual, cidade a cidade. Naquele ano, vários prefeitos de diferentes partidos aumentaram a tarifa ao mesmo tempo. Isso ocorreu porque se tratava do primeiro semestre após assumir as prefeituras: era hora de pagar para os empresários do transporte o apoio recebido durante as campanhas eleitorais.

É necessário que haja outra lógica sobre o transporte, que coordene soluções entre municípios próximos. Isso é especialmente relevante frente a oligopolização, uma característica do transporte público em âmbito intermunicipal em que as empresas maiores realizam fusões e compras de empresas menores, diminuindo a concorrência e a qualidade do serviço.

No Paraná, a mobilidade é atendida em parte pelo DETRAN e em parte pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Não há uma secretaria de mobilidade urbana, que coordene, fomente e execute ações intermunicipais na área de modo totalmente dedicado.

Por isso, defendemos a criação de uma secretaria que permita efetivar um Programa Estadual de Mobilidade. As cidades que aderirem a ele receberão apoio para reduzir a tarifa do transporte coletivo progressivamente, até atingir a Tarifa Zero, uma realidade em cerca de trinta municípios brasileiros, hoje.

Isso é importante ainda para que o transporte coletivo garanta uma política de acessibilidade plena para pessoas com deficiências e combata de forma ostensiva as ocorrências de assédio contra mulheres nos meios de transporte, com campanhas permanentes.

Entendendo o transporte como um direito, propomos que o governo do Estado construa uma empresa pública de transporte, com frota e recursos humanos próprios, que teria como objetivo garantir o transporte intermunicipal no interior e no litoral do estado, observando este como um direito e não como apenas uma atividade lucrativa.

Implementaremos corredores de transporte público entre municípios e construção de corredores urbanos nas grandes cidades, apoiando os municípios no planejamento e construção de ciclovias, interligando grandes bairros nos municípios e nas cidades das regiões metropolitanas, com pontos de integração nos terminais de ônibus e a implementação de um programa de adaptação de ambientes públicos para recepção do usuário de bicicleta.

Propomos também a criação de aplicativo de transporte de passageiros estatal e de entregas, para que assim finalmente motoristas desta categoria tenham acesso a direitos e recebam pagamentos dignos.

Em articulação com a Secretaria Estadual de Mobilidade Urbana, o DETRAN Paraná coordenará duas ações importantes. Uma delas é a CNH Social, que isentará de impostos públicos os setores mais vulneráveis, que não conseguem emitir sua Carteira Nacional de Habilitação em razão dos custos do processo.

Além disso, haverá uma intensificação de campanhas de conscientização. É necessário incentivar outros modais, sobretudo de mobilidade ativa (bicicleta, por exemplo). Mas isso passa por educação no trânsito. É importante que os motoristas respeitem mais quem está a pé ou em veículos menores e que mais pessoas se interessem por adotar novos modais.

As campanhas serão voltadas, entre outros temas, à Visão Zero, benefícios de pedalar (sociais, econômicos, ambientais e de saúde), manutenção mecânica em bicicletas e outros temas. Alguns DETRANs já fazem esse tipo de ação.

Iremos propor um Programa de recuperação e qualificação de estradas vicinais junto de prefeituras e ainda um aplicativo de alimentação de dados de condições das rodovias pelos próprios usuários.

Quanto às hidrovias, necessitamos de soluções permanentes, que possam dar mais segurança à operação das hidrovias e evitar que a crise hídrica volte a paralisar o transporte fluvial, como aconteceu com a hidrovia Tietê-Paraná recentemente, e diminuiu investimentos no setor da navegação.

Devemos priorizar a expansão da Ferroeste e investir no transporte ferroviário em geral devido à suas grandes vantagens sobre o transporte rodoviário, sem, contudo, descuidar dos impactos ambientais que esta expansão pode trazer.

No que se refere a planejada Ponte de Guaratuba, é necessário o diálogo entre a comunidade afetada, especialistas e governo do Estado, para que se possa aquilatar, a luz da ciência, os malefícios e benefícios da construção de tal ponte, considerando em especial as comunidades tradicionais afetadas, os impactos fundiários e o impacto do aumento de tráfego de veículos no município de Guaratuba.

Já na ameaça da construção do no Porto de Pontal do Paraná, todo o processo de licenças ambientais que estão sob suspeita de corrupção será revisto, já que a população local e o meio ambiente são as grandes prioridades.

O Paraná sem pedágios

Os contratos de concessão dos principais trechos rodoviários se concluíram em 2021 e, neste momento, seria possível substituir o atual modelo de concessões privadas das rodovias paranaenses - que durou 24 anos se provou ineficiente e custoso. Segundo levantamento feito pelo Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da UFPR, das duplicações determinadas no acordo em 1997, somente 51% foram executadas, por

exemplo. Os novos lotes de concessão de pedágio no Paraná propostos pelo Ministério da Infraestrutura carecem de critérios técnicos, afetam o perímetro urbano de 87 municípios no Paraná e ainda podem encarecer o valor da tarifa em vários trechos.

Visando aumentar a competitividade econômica do Paraná, baratear o transporte dentro do nosso estado e garantir o direito à mobilidade da população, defendemos que não sejam renovadas as concessões privadas e que as rodovias paranaenses voltem a ser geridas pelo governo do Paraná, com a contratação de técnicos qualificados, por meio de concurso público.

PROPOSTAS PARA A MOBILIDADE NO PARANÁ

1. Integrar as regiões do estado em plataformas multimodais eficientes e acessíveis aos usuários.
2. Efetivar um Programa Estadual de Mobilidade.
3. Criação de uma empresa pública de transporte, com frota e recursos humanos próprios, com o objetivo garantir o transporte intermunicipal no interior e no litoral do estado.
4. Implementar corredores de transporte público entre municípios e construir corredores urbanos nas grandes cidades.
5. Apoiar os municípios no planejamento e construção de ciclovias, interligando grandes bairros nos municípios e nas cidades das regiões metropolitanas, com pontos de integração nos terminais de ônibus e a implementação de um programa de adaptação de ambientes públicos para recepção do usuário de bicicleta.
6. Criar de aplicativo de transporte de passageiros estatal e de entregas, para que assim finalmente motoristas desta categoria tenham acesso a direitos e recebam pagamentos dignos.
7. Criar a CNH Social, isentando de impostos públicos os setores mais vulneráveis.
8. Intensificar campanhas de conscientização e educação no trânsito, com o incentivo a outros modais, sobretudo de mobilidade ativa.
9. Acabar de vez com o pedágio e as concessões de rodovias paranaenses.
10. Implementar um modelo de gestão das rodovias, com a contratação de técnicos qualificados, por meio de concurso público.
11. Instituir um Programa de recuperação e qualificação de estradas vicinais junto de prefeituras, com um aplicativo de alimentação de dados de condições das rodovias pelos próprios usuários.
12. Priorizar a expansão da Ferroeste e investir no transporte ferroviário em geral devido à suas grandes vantagens sobre o transporte rodoviário.

13. Reestudar a conveniência da construção da ponte de Guaratuba.

EXPEDIENTE

**Programa de governo “O Paraná da Gente”
Professora Angela Governadora
Paraná - 2022**

Coordenadores dos Grupos de Trabalho:

Alina Angélica Prochmann, Andrea Caldas, Bianca Valoski, Bruna Louise de Oliveira Azevedo, Bruno César Deschamps Meirinho, Edmar Almeida de Macedo, Elisa Stefan, Giana de Marco Vianna da Silva, Giovanna Silveira, Henri Francis Ternes de Oliveira, Luiz Maioli; Maria Paula de Carvalho Ewald.

Colaboradores:

Alana Caroline Landal, Andressa Marques, Alexandra Padilha Bueno, Antônio Caetano, Ariane Fernandes de Oliveira, Barbara Eduarda Schroeder, Bruno Greco Brant da Costa, Carlos Pegurski, Clóvis Gruner, Cristiano Bassa, David Deccache, Edmilson Aparecido da Silva, Elizandra F. A. de Oliveira, Fabiano A. S. Dalto, Gabriel Feltrin, Geison Cambri, Geraldo Pougy, Ivanildo Claro da Silva, Osmar Batista (Jahmaica), Julia Andrade Maia, Juliano Geraldi, Leticia Mara de Meira, Laerson Matias, Luciana de Andrade Antunes, Luciano Egidio Palagano, Luciano Padilha, Luiz Antônio Sypriano, Mario Lopes Amorim, Maicon Fernando Palagano, Marcelo Guilherme, Rita de Cássia, Roberta Viccino, Rodrigo Tomazini, Walkiery Leandro Raimundi, Valmor Venturini.

Consultoria (educação)

Monica Ribeiro

Coordenação geral do plano de governo:

Edmar Almeida de Macedo

Homenagem

Este programa de governo, fruto do esforço coletivo de dezenas de militantes do PSOL, simpatizantes, trabalhadores e intelectuais, é também uma homenagem a todas e todos que perderam a vida nesta pandemia de Covid 19, agravada pela política irresponsável e genocida dos governantes de plantão.

E como símbolo desta homenagem lembramos aqui de nosso companheiro Mario Celso Pasqualin, vítima da Covid 19, professor da rede pública de educação, filiado ao PSOL, que espalhava por onde passava a esperança em um mundo melhor, tendo convencido tantos e tantas a se engajarem na luta pelo socialismo. Se estivesse vivo certamente estaria entre os redatores deste programa de governo.

Mario Celso Pasqualin, presente!